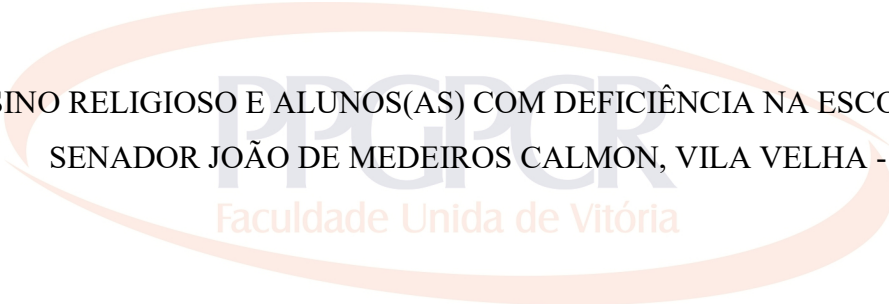


FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

DANILA SIMOURA DALLA BERNARDINA

ENSINO RELIGIOSO E ALUNOS(AS) COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA UMEF
SENADOR JOÃO DE MEDEIROS CALMON, VILA VELHA - ES

The logo consists of a large, light orange oval shape. Inside the oval, the text 'PPGPCR' is written in a large, bold, blue font. Below it, 'Faculdade Unida de Vitória' is written in a smaller, orange font.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 22/09/2023.

VITÓRIA-ES

2023

DANILA SIMOURA DALLA BERNARDINA

ENSINO RELIGIOSO E ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA UMEF SENADOR
JOÃO DE MEDEIROS CALMON, VILA VELHA - ES

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de
Dissertação de Mestrado Profissional como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões da Faculdade
Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação
em Ciências das Religiões. Área de
Concentração: Religião e Sociedade. Linha de
Atuação: Ensino Religioso Escolar.

Orientador: Graham Gerald McGeoch

VITÓRIA-ES

2023

Dalla Bernardina, Danila Simoura

Ensino Religioso e alunos com deficiência na escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon, Vila Velha – ES / Danila Simoura Dalla Bernardina. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2023. vi, 74 f. ; 31 cm.

Orientador: Graham Gerald McGeoch

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2023.

Referências bibliográficas: f. 73-74

1. Ciência da religião. 2. Ensino religioso escolar. 3. Ensino religioso. 4. Inclusão. 5. Práticas pedagógicas. 6. Alunos com deficiência. - Tese. I. Danila Simoura Dalla Bernardina. II. Faculdade Unida de Vitória, 2023. III. Título.

DANILA SIMOURA DALLA BERNARDINA

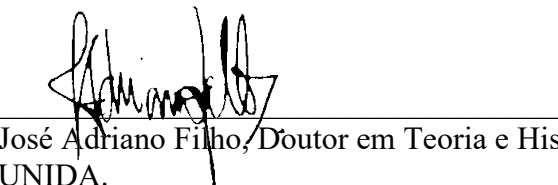
ENSINO RELIGIOSO E ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA UMEF SENADOR
JOÃO DE MEDEIROS CALMON, VILA VELHA - ES

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de
Dissertação de Mestrado Profissional como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade
Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação
em Ciências das Religiões. Área de
Concentração: Religião e Sociedade. Linha de
Atuação: Ensino Religioso Escolar.

Data: 22 set. 2023.



Graham Gerald McGeech, Doutor em Teologia, UNIDA (presidente).



José Adriano Filho, Doutor em Teoria e História Literária, Doutor em Ciências da Religião,
UNIDA.



Lauana Ananias Flor, Doutora em Ciências da Religião.

RESUMO

Essa pesquisa tem por objetivo a contextualização do ensino religioso inclusivo. Analisar a abordagem da temática de definição do ensino religioso e sua importância na formação integral dos alunos(as) não foi uma tarefa fácil. Esse componente curricular não explora somente o campo escolar, vai além disso, pois abrange questões que estão além das instituições de ensino. Ao longo da história do ensino religioso, percebemos que ele se encontra envolto das tensões políticas, que abrange negociações entre religião e Estado, além de questões pedagógicas e também elementos de ordem legal, epistêmica e religiosa. Dessa forma, propõe nessa dissertação o desenvolvimento da temática Ensino Religioso e alunos(as) com deficiência na escola Unidade Municipal de Ensino F Senador João de Medeiros Calmon, Vila Velha, ES. Coloca-se como objetivos primordiais analisar o ensino religioso no contexto inclusivo, considerando a complexidade, suas contribuições sociais, legislações e realidade da instituição pesquisada, tendo como cenário os desafios enfrentados pelos alunos(as) com deficiência e a relevância do ensino religioso inclusivo para todos. Analisando a relação com as ciências da religião, enquanto essência de área de conhecimento e a contribuição para formações de professores para o real direcionamento do componente curricular Ensino Religioso. Desta forma, para trilhar o caminho adotado utilizou como principais pontos de reflexão os seguintes aspectos: definição do ensino religioso inclusivo e sua importância na formação integral dos alunos, a importância de práticas pedagógicas inclusivas no ensino religioso (como adaptação de planos de ensino, uso de recursos didáticos inclusivos, avaliações adaptadas, métodos e critérios flexíveis que considerem a habilidade dos alunos) e o respeito à diversidade religiosa, cultural e social de cada aluno. As principais conclusões obtidas durante a realização desta pesquisa indicam a importância da adoção do modelo Ciências da Religião como elemento indispensável na compreensão do ensino religioso enquanto área de conhecimento, orientando as práticas dos professores(as), sendo um apoio fundamental para superar os desafios e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação religiosa inclusiva e de qualidade.

Palavras chaves: Ensino Religioso. Inclusão. Práticas Pedagógicas. Ciências da Religião.

ABSTRACT

This research aims to provide contextualization of inclusive religious education. Analyzing the approach to the theme of defining religious education and its importance in the holistic development of students was not an easy task. This curriculum component doesn't just explore the school environment; it goes beyond that, as it encompasses issues that extend beyond educational institutions. Throughout the history of religious education, we observe that it is intertwined with political tensions, encompassing negotiations between religion and the state, as well as pedagogical, legal, epistemic, and religious aspects. Thus, this dissertation proposes the development of the theme of Religious Education and students with disabilities at UMEF Senador João de Medeiros Calmon School, Vila Velha, ES. The primary objectives are to analyze religious education in an inclusive context, considering its complexity, social contributions, legislations, and the reality of the researched institution. This research takes into account the challenges faced by students with disabilities and the relevance of inclusive religious education for all. It also examines the relationship with the study of religion as an essential field of knowledge and its contribution to teacher training for effective direction of the religious education curriculum. To navigate this path, the main points of reflection were: the definition of inclusive religious education and its importance in the comprehensive development of students; the significance of inclusive pedagogical practices in religious education (such as adapting lesson plans, using inclusive teaching resources, adapted assessments, flexible methods and criteria that consider students' abilities); and respect for the religious, cultural, and social diversity of each student. The main conclusions drawn from this research indicate the importance of adopting the Religious Studies Model as an indispensable element in understanding religious education as a field of knowledge. This model guides teachers' practices, providing crucial support to overcome challenges and ensure that all students have access to inclusive and high-quality religious education.

Keywords: Religious Education. Inclusion. Pedagogical practices. Religious studies.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| 1 ESCOLA, DEFICIÊNCIA E ENSINO RELIGIOSO | 12 |
| 1.1 Trajetória pessoal, acadêmica e profissional da pesquisadora | 12 |
| 1.2 Escola e Educação Inclusiva..... | 22 |
| 1.3 Deficiência e Ensino Religioso | 26 |
| 2 LIGAÇÃO ENTRE O ENSINO RELIGIOSO E INCLUSÃO ESCOLAR..... | 30 |
| 2.1 O Ensino Religioso nas escolas e o fenômeno da inclusão | 30 |
| 2.2 Integração e inclusão. | 35 |
| 2.3 A prática inclusiva na formação de professores de Ensino Religioso | 38 |
| 3 PERSPECTIVAS DO ENSINO RELIGIOSO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO..... | 49 |
| 3.1 Religião: presente no dia a dia do contexto escolar..... | 49 |
| 3.2 O parâmetro Ciências da Religião nas escolas..... | 50 |
| 3.3 Novos significados ao currículo escolar com práticas baseadas no contexto inclusivo | 53 |
| 3.4 Planos adaptados de Ensino Religioso de acordo com as demandas apresentadas pela escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon..... | 55 |
| 3.5 Um novo olhar a partir dos planos de ensino adaptados..... | 61 |
| 3.6 Culminância Dialogo da paz..... | 67 |
| CONCLUSÃO | 70 |
| REFERÊNCIAS | 73 |
| ANEXOS | 75 |

INTRODUÇÃO

A presente dissertação envolve estudos sobre o tema “Ensino religioso e alunos(as) com deficiência na escola UMEF¹ Senador João de Medeiros Calmon, Vila Velha, ES”. Considerando a transformação dos saberes, num contexto dinâmico e complexo na construção de uma referência, percebeu-se a demanda de abordar a inclusão no Ensino Religioso como um método de grande preponderância na aprendizagem.

No cenário dessa pesquisa, há duas tendências que precisam ser estudadas para articular e justificar o entendimento no uso da inclusão e transformação dos saberes. A primeira tendência planeja a constante indagação dos seres humanos em compreender sua identidade, em identificar maneiras que portem as suas origens e colaboram para o alcance da essência humana, demonstrando a habilidade que cada pessoa tem em construir e desconstruir, independentemente de qualquer limitação, buscando identificar novos paradigmas que expliquem o passado e arquitetem o futuro. A segunda tendência enfatiza a relação exata na transformação do conhecimento com a ressignificação dos ambientes educativos, compreendida desde o momento em que a ciência, ao adentrar o domínio da educação, alterou a reconstrução dos antigos processos de ensino, complementando os novos. Sendo assim, podemos afirmar que é necessário que a escola se transforme em um lugar acolhedor, pertinente a realidade do aluno(a), não apenas um ambiente para integrar, mas para fazer a diferença.

Por isso, constatou-se a relevância de adentrar na proposta de uma real inclusão nas escolas como uma prática de responsabilidade, considerando as transformações como mudanças positivas de melhorias, de como sair de um estado habitual para um estado inovador de propagação de técnicas, recursos e informações que possam contribuir na tarefa de incluir e ensinar os alunos(as) com necessidades educacionais especiais nas aulas de Ensino Religioso e no método de ensino-aprendizagem. Mostrando que a transformação do conhecimento é imprescindível no contexto da inclusão para que todos os implicados possam cooperar com seus saberes no cotidiano escolar, e assim transformar a escola para oportunizar o desenvolvimento cognitivo e as estruturas de ideias que poderão ser utilizadas no processo de inclusão dos(as) alunos(as) com necessidades educacionais especiais em salas de aula regulares. Considerando esse entendimento, compreendeu-se que os atores envolvidos na construção de seu próprio papel nesse processo procuram contribuir com a formação do conhecimento, com a superação

¹ Doravante a pesquisadora utilizará a sigla UMEF para identificar a instituição Unidade Municipal de Ensino Fundamental.

de obstáculos para que realmente ocorra a inclusão por parte de todos e em todos os ambientes da escola, considerando o cenário de trabalhar com as especificidades e adequar a aprendizagem como forma de desenvolver peculiaridades cognitivas.

Em uma colocação teórica destinta, há um conceito que considera a escola como um reflexo da sociedade em que funciona e se encontra, tanto pelo seu corpo discente, como por aqueles que ali trabalham, pois se encontra no mesmo contexto social. Nesse aspecto, é possível observar a reprodução de crenças, valores e identificar as prioridades que o educador analisa para trabalhar em sala de aula com todos os alunos(as), independente de suas limitações. Nessa visão, trabalhar o componente Ensino Religioso, organizando-o para ser empregado em realidades distintas, até certo momento, é tarefa desafiadora aos educadores, mas é necessário identificar as discordâncias como preconizam as legislações educacionais e os documentos oficiais da educação, para que, juntamente ao processo de formação, possa-se interpretar e estudar o fenômeno religioso com base na vivência social e escolar, na edificação de práticas educativas enunciadoras da constatação de problemas e também de solução para mudanças de atitudes e concepções frente aos paradigmas atuais.

Na última década, os documentos oficiais e as legislações brasileiras têm pronunciado o componente Ensino Religioso como um comprometimento de construção de conhecimento sobre a diversidade cultural e social da sociedade. Há instigações que ainda precisam ser superadas, como por exemplo, os estudos dos principais teóricos abordados nessa dissertação, entre os quais cita-se: Sérgio Junqueira, José Pereira Coutinho e Maria Teresa Eglér Mantoan por serem pessoas com capacidades de pontuar questões epistemológicas acerca da inclusão de alunos(as) com necessidades educacionais especiais nas salas de aula. Também os autores Dom Zero Hastenteufel e Roberto Jamil Cury ao tratarem da formação dos professores(as) do componente curricular Ensino Religioso como um amplo campo de considerações empíricas e teóricas, que podem mostrar que há obstáculos para as escolas lidarem com tais temáticas. Há professores(as) que mesmos habilitados(as) para trabalhar com esse componente curricular, sentem dificuldade em abordar algumas temáticas, entre as quais, o objeto de investigação dessa dissertação, a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas.

Há dificuldades que carecem de capacitação e formação do(a) professor(a) para administrar a gama de públicos presentes nas salas de aula, e ainda as adaptações necessárias para que o processo de aprendizagem não sofra intervenções de posicionamentos ideológicos diferentes aos acordados nos currículos oficiais para o componente. Diante dessa problemática, busca-se apresentar o Ensino Religioso como colaborador na inclusão dos alunos(as) com deficiência, ajudando no desenvolvimento de estratégias para efetivar a educação inclusiva, em

estratégias de ensino não confessional e acadêmico, voltado para os princípios de respeito à diversidade, tolerância e cidadania na compreensão do outro e na relação da busca do ser humano pelo transcendente. Dessa maneira, procura-se responder a seguinte questão: Quais estratégias poderão ser usadas pelos professores(as) para tornar o Ensino Religioso um instrumento capaz de transformar a vivência dos alunos(as) ditos normais e dos alunos(as) com deficiência no processo de inclusão na sala de aula?

Diante da problemática anteriormente apresentada, surgiram outras problemáticas norteadoras do estudo, entre elas: Como os métodos de formação inicial e continuada tem ajudado os (as) professores (as) de Ensino Religioso da Unidade Municipal Ensino Fundamental senador João de Medeiro Calmon a ressignificar as suas condutas na didática da sala de aula com práticas inclusivas? Procura-se assim acreditar ou não na hipótese.

Para resultar o Ensino Religioso um componente capaz de mudar a realidade do cotidiano da sala de aula, considerando que os professores(as) precisam se qualificar a fim de transformar as perspectivas de ensino, trazendo novos significados aos assuntos trabalhados em sala de aula e que superem o uso das metodologias confessionais de punho exclusivamente religioso, de modo a apresentar os ideais de um ensino com base na metodologia plural, laica e inclusiva, tornando o esse componente curricular como um instrumento de transformação de saberes.

Sendo assim, o objetivo principal da dissertação será apresentar quais perspectivas podem ser usadas pelos(as) professores(as) para transformar a realidade dos(as) alunos(as) ditos normais e dos(as) alunos(as) com deficiência no processo de educação inclusiva?

Em referência aos objetivos, pretende-se: compreender determinantes das perspectivas pedagógicas para o progresso da Educação Especial e inclusão na escola municipal UMEF Senador João de Medeiros Calmon; analisar questionamentos teóricos sobre o Ensino Religioso em seus contextos históricos, aspectos conceituais e legislação balizadora; abordar novas perspectivas ao Ensino Religioso, o processo formativo dos professores(as) e as práticas inclusivas; mostrar as relações existentes entre a prática inclusiva e o Ensino Religioso investigando a realidade dos professores(as) e as vivências em sala de aula.

Quanto aos procedimentos técnicos dos métodos da investigação, foi feita através de pesquisa etnográfica com base nos relatos da vivência da instituição pesquisada (registros descritivos dos comportamentos, valores, crenças). Portanto, é uma forma de estudar as pessoas e as situações em seu próprio ambiente, utilizando o procedimento de observação dos participantes. Em relação a instituição pesquisada UMEF Senador João de Medeiros Calmon, foram realizados diversos momentos para coletar dados para a pesquisa, em busca dos objetivos

propostos para a investigação, foram usados como instrumentos: observações, coleta de dados, planejamentos e diálogos com o propósito de buscar informações sobre as atitudes, conhecimento, aspectos demográficos e sociais inerentes à participação dos(as) professores(as) no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon fica localizada na rua Sebastião Silveira, Praia das Gaivotas, na cidade de Vila Velha, no estado do Espírito Santo. É uma instituição pública mantida pela Prefeitura Municipal de Vila Velha. A instituição de ensino é grande e tem capacidade de oferecer matrículas para todos os(as) alunos(as) do bairro onde está localizada e também para os(as) alunos(as) dos bairros vizinhos. Oferta cerca de 1000 matrículas para as modalidades do ensino regular (turno matutino e vespertino) e para a Educação Jovens e Adultos (EJA), dos anos finais do ensino fundamental. Desde o ano de 2021, a UMEF Senador João de Medeiros Calmon é meu local de trabalho, onde atuo como professora de Educação Especial no turno matutino. O acesso ao levantamento de dados da instituição pesquisada foi realizado de forma tranquila, a todo o momento o diretor Emerson Maya responsável pela UMEF Senador João de Medeiros Calmon, se prontificou a colaborar, oportunizando os dados da escola, colocando à disposição o Projeto Político Pedagógico (vulgo PPP), um instrumento balizador para trajetória da escola pesquisada, onde expressa as práticas pedagógicas, as informações, os objetivos, as metas, as prioridades, o envolvimento da sociedade, e onde encontramos a análise da instituição, contribuindo com a coleta de informações sendo indispensável para pesquisa.

É importante ressaltar a diferença entre a Educação Especial e a Educação Inclusiva. A Educação Especial é uma modalidade de ensino que abrange todos os níveis e etapas, trata-se do ensino centrado para as pessoas com deficiências auditivas, físicas, visuais, intelectuais e múltiplas, altas habilidades, superdotação e transtorno do desenvolvimento. O atendimento de cada aluno(a) é específico e exclusivo, variando de acordo com suas especificidades. Já na Educação Inclusiva, todos(as) os alunos são contemplados, com ou sem deficiência tendo a oportunidade de aprenderem juntos e conviverem. Assim, os objetivos da Educação Especial são idênticos aos da Educação Inclusiva, o que diferencia é o atendimento que passa a ser de acordo com as demandas de cada aluno(a).

No primeiro capítulo da dissertação, foi abordada a minha trajetória pessoal e acadêmica. Nele, contém uma revisão de todo o contexto que me trouxe até o objetivo dessa pesquisa. Salientando todas as dificuldades encontradas para chegar até aqui, o interesse pelo tema e as vivências adquiridas ao longo da minha trajetória. Também nesse capítulo reconhecemos o papel que a educação tem na formação dos indivíduos e sabemos o quanto que

a escola pode colaborar para isso. Assim como a importância da formação docente voltada para área da Inclusão e a apresentação da escola pesquisada com estrutura física, quantitativo de alunos(as), professores(as) e análise do Projeto Político Pedagógico da instituição.

No segundo capítulo, apresentam-se estudos sobre a ligação entre o Ensino Religioso e inclusão escolar. Apresentou-se revisões de literaturas sobre as terminantes pedagógicas legais e históricas, que foram organizadas para abordar as legislações, o âmbito político e a construção do ensino aprendizagem. Assim como o papel do Ensino Religioso nas escolas e o fenômeno da inclusão.

No terceiro capítulo, foi abordado a importância do componente curricular: Ensino Religioso no contexto educacional das instituições de ensino. Assim como a importância de criar um currículo adaptado voltado para o ensino-aprendizagem sensorial e emocional dos(as) alunos(as) com deficiência, realizando a análise dos resultados das atividades adaptadas propostas na disciplina de Ensino Religioso dos pontos positivos e negativos, apontamento da diferença qualitativa dessa atividade em relação as atividades propostas em anos anteriores.

Faz-se necessário encerrar esse momento, apresentando as razões para resolver os objetivos e a problemática proposta, expondo o fascínio pela temática voltada para a área da Ciência da Religião que tem como realidade a investigação em todas as manifestações do fenômeno religioso, assim como o seu princípio metodológico e o aparecimento das religiões como sistema de esclarecimento formalmente apresentado, portanto, uma posição comum que torna suscetível de ser investigada. As religiões representam os significados e sentidos criados pelo ser humano nas ligações que estabelece com o mundo, consigo mesmo e com o outro. Seu entendimento, portanto, do universo religioso torna-se possível a explicação do homem nele inserido, seja ele um homem com deficiência, ou um homem dito normal.

1 ESCOLA, DEFICIÊNCIA E ENSINO RELIGIOSO

1.1 Trajetória pessoal, acadêmica e profissional da pesquisadora

Esse capítulo fará um breve relato sobre a minha trajetória de vida pessoal, acadêmica e profissional. O interesse pelo tema surge das vivências adquiridas conforme ao longo dos anos, por meio de observações, do contato com a educação, as práticas docentes, da Educação Inclusiva, do Ensino Religioso e a religiosidade observada no dia a dia com os(as) alunos(as). A temática de estudo voltada para educação tem sua origem na minha infância, pois desde pequena estive em contato direto com a escola, vivenciando sua rotina e as práticas, devido à experiência adquirida junto à minha mãe, que sempre trabalhou na área educacional. Essas experiências despertaram em mim o desejo de transmitir ensinamentos, oferecer apoio, mediar e educar com valores e compromisso, buscando mudanças necessárias para uma educação igualitária e justa.

Fortalecendo essas ideias, Paulo Freire afirma que:

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um que fazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos.²

Reconhecemos o papel que a educação desempenha na formação dos indivíduos e entendemos o quanto a escola pode colaborar nesse aspecto, socializando o conhecimento, atuando na formação moral e preparando os alunos para viver em comunidade. Os ensinamentos adquiridos ao longo de minha vida devem-se às experiências no sistema educacional em diferentes situações: Como aluna na escola onde frequentei a educação infantil, na mesma escola onde a minha mãe trabalhava, pois passava muitas horas do meu dia lá, assim como no ensino fundamental e médio que cursei na mesma instituição. Como professora, trabalhei com alunos(as) do ensino médio na Rede Estadual de Educação no Município da Serra e atualmente leciono nos anos Finais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Educação no Município de Vila Velha, além de trabalhar com os anos iniciais na Rede Municipal de Educação no Município Cariacica.

² FREIRE, P. A. *Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

Enquanto discente, especialmente durante o ensino médio, vivenciei diversas integrações entre as disciplinas. Entre essas memórias, destaco as aulas de Ensino Religioso, que eram particularmente a minha disciplina preferida. Em diversos momentos, minha curiosidade estava em compreender como essa modalidade de ensino interveria na vida dos(as) alunos(as) em suas diversas vertentes diante das escolas públicas, onde observávamos uma grande diversidade de culturas, crenças e hábitos, o que poderia trazer melhorias para esse ambiente. As matérias estudadas levavam aos questionamentos de como essas práticas dialogavam com nossas experiências enquanto indivíduo nessa realidade social. Com a nova redação do artigo 33 da LDB 9394/96, podemos compreender que:

Estabelece o ensino religioso, com a matrícula facultativa, sendo parte integrante da formação básica do cidadão, uma disciplina com horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas qualquer forma de preconceito.³

O Ensino Religioso no currículo das escolas, como componente curricular vem sendo discutido no âmbito educacional. Um dos assuntos emergentes que contempla discussões são as questões da diversidade, tolerância, reconhecimento e respeito, analisando as situações que geram discriminação religiosa e desigualdade. A importância desse componente curricular nas escolas nos leva a pensar que o Ensino Religioso na atualidade supera cada vez mais os obstáculos que essa modalidade de ensino vem sofrendo, sendo uma forma de inclusão de temas emergentes para atender à demanda que necessita ser preenchida de acordo com a diversidade que nos deparamos no contexto escolar.

Como a maioria dos estudantes da minha cidade natal, Vila Valério, ao concluir o ensino médio, estuda em outra cidade, essa foi a minha realidade. Em 2010, iniciei a faculdade de pedagogia. Tendo em vista que não havia instituição de ensino superior na cidade onde morava, vários alunos foram estudar na cidade próxima, em Nova Venécia. Devido à distância entre as duas cidades, fazíamos desgastantes viagens diariamente para concluir o ensino superior. No ano seguinte ao ingresso na graduação de pedagogia, comecei o estágio na Escola de Ensino Estadual Fundamental e Médio Atílio Vivacqua, a mesma instituição que cursei do ensino fundamental ao ensino médio. O fato de acompanhar alunos com deficiência intelectual gerou em mim inquietações a respeito da Educação Inclusiva, pois comecei a questionar como esses alunos conseguiam acompanhar e compreender as disciplinas do currículo nas escolas de

³ Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96). Brasília: 1996.

educação básica, como: Português, Matemática, Geografia, História, entre outras, assim como o Ensino Religioso mesmo sendo facultativo, havia grande aceitação de matrículas.

Como estagiária, acompanhava uma turma onde havia uma aluna com deficiência intelectual que eu a auxiliava nas atividades e observava a sua rotina na escola. No entanto, sua aprendizagem era comprometida, mas ela demonstrava interesse em aprender. A dificuldade que ela tinha de interagir com os colegas e professores dificultava sua participação efetiva nos diálogos em sala de aula. O não conhecimento sobre como lidar com alunos(as) com deficiências fez-me refletir sobre as práticas pedagógicas e os cursos de formações continuada oferecidos nas escolas de ensino regular, pois naquele momento evidenciou-se que inserir um aluno(as) com deficiência numa escola vai muito além de realizar a sua matrícula ou de sua presença física. Na maioria das vezes, de forma inconsciente ou consciente, há dúvidas entre o processo de inclusão e integração, ou seja, se a escola está normatizando a vida do(a) aluno(a) seguindo um processo, ou se está abrangendo valorização e reconhecimento da diversidade como um direito humano.

Vivenciei a realidade de acompanhar alunos(as) matriculados nas escolas regulares sem a presença de profissionais de apoio escolar, sem adaptações de materiais e recursos pedagógicos que contribuam e facilitem o seu desenvolvimento. A contraposição desses recursos diminui a vida educacional dos(as) alunos(as) com deficiência, dificultando sua participação e interação no contexto escolar. Bortolozzo e Serenato afirmam que somente integrar não é o bastante para que a pessoa com deficiência possa participar e se desenvolver ativamente nas escolas e na sociedade.

Um aluno tem necessidades educacionais especiais quando apresenta dificuldade maiores que o restante dos alunos da sua idade para aprender o que está sendo previsto no currículo, precisando, assim, de caminhos alternativos para alcançar este aprendizado.⁴

A ideia de integração sugere uma mudança de comportamento dos(as) alunos(as) com deficiência nas instituições de ensino, o que pode ocorrer desistências, resultando na segregação deles(as) na sociedade. Esse tipo de situação tem por consequência o fato de não ter capacitações e formações no espaço escolar que ajudem nas necessidades dos(as) alunos(as) com deficiência e dos(as) professores(as). Quando oportunizadas formações com o assunto

⁴ BORTOLOZZO, Ana Rita SERENATO. *Banco de dados para o uso das tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica de professores de alunos com necessidades especiais*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2007.

central voltado sobre a inclusão, os profissionais atuantes nas instituições de ensino podem ser agentes de apoio no desenvolvimento escolar desses(as) alunos(as) com deficiência, resultando em um quadro de inclusão dentro do sistema educacional.

Essa fase da minha formação profissional, o estágio, mostra que um dos fatores essenciais para que ocorra a inclusão são as adaptações pedagógicas e físicas, interação social e a participação de todos. Esses são princípios essenciais para o desenvolvimento dos(as) alunos(as) nas classes regulares.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2000):

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações.⁵

A inclusão educacional e a acessibilidade eliminam as possíveis barreiras para a plena aprendizagem e participação dos(as) alunos(as) com necessidades educacionais especiais, assim como recursos, metodologias e conhecimentos podem ser usados para ajudar na elaboração de estratégias de acessibilidade e inclusão educacional nas escolas. A partir desse convívio com a aluna, e os inúmeros questionamentos que surgiram em relação a inclusão escolar optei por fazer o trabalho de conclusão de curso da faculdade de pedagogia sobre o tema: “Métodos de avaliação dos alunos com deficiência no processo de ensino-aprendizagem”. Para realizar esse estudo foi pesquisado bibliografias sobre inclusão no contexto escolar, utilizando pesquisadores que discutiam o conceito de inclusão, o papel do Atendimento Educacional Especializado (doravante AEE), formação dos(as) professores(as) e as possíveis causas do fracasso escolar dos(as) alunos(as) com deficiência.

Para essa pesquisa, baseamos nosso embasamento teórico: Mantoan (2010), Nogueira (2002), Sasaki (1998) e Pereira (2011)⁶. Suas ideias revelam que a inclusão nas escolas é algo difícil, pois incluir o(a) aluno(a) com deficiência na sala de aula requer um trabalho em conjunto

⁵ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

⁶ MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

de todos os envolvidos no ensino: escola, comunidade escolar, familiares e políticas públicas. A escola que cumpre o seu papel perante a sociedade, sendo um ambiente inclusivo, serve de exemplo para os(as) alunos(as) e profissionais, promovendo o respeito às diferenças e a construção de uma sociedade mais justa. Defendem que as escolas devem acolher e educar todas as pessoas sem exceções, reconhecendo as capacidades individuais e evitando qualquer forma de discriminação. A escola reflete a realidade do mundo externo, sendo o primeiro contato da criança com o mundo além de seu lar, proporcionando a oportunidade de conviver com a diversidade.

Após a conclusão da graduação, ingressei na pós-graduação de Educação Especial e Inclusiva na Faculdade de São Gabriel da Palha (FASG), com o objetivo de me especializar para carreira docente. Ao longo do curso, as disciplinas como Deficiências e Perspectivas Sócio- Educacionais, A Educação Especial e a Dinâmica das Relações Familiares, Dificuldade de Aprendizagem na Leitura e na Escrita e Necessidades Educativas Especiais, entre outras, me aproximaram mais da educação das pessoas com deficiência. A disciplina “A Educação Especial e a Dinâmica das Relações Familiares”, que busca desenvolver o sucesso escolar dos(as) alunos(as) com deficiência e abordar as principais causas do fracasso escolar desse público, despertou meu interesse, pois, a relação família-escola é crucial para o processo de inclusão. Essa união contribui para o desenvolvimento cognitivo e social dos(as) alunos(as). A família é o primeiro grupo social ao qual a pessoa pertence, estabelecendo regras, normas, valores e crenças, sendo a primeira mediadora entre o indivíduo e a sociedade. No ambiente familiar, a criança aprende a resolver conflitos, expressar-se emocionalmente e a conviver com o outro e também inicia sua educação religiosa, com alguns lares introduzindo essa educação desde a gestação, abençoando seus filhos e continuando ao longo da vida, ensinando a agradecer pelos alimentos, a fazer orações, diálogos com as crianças sobre as Escrituras Sagradas, permitindo que cresçam com discernimento do certo e do errado. A escola é fundamental para a formação do indivíduo, é nesse espaço que os(as) alunos(as) aprendem novos valores e interações cruciais para suas vidas. Ao frequentar essa instituição, são expostos a vários aspectos novos, como contato com os colegas, competição, amizades, aprendizagem e ausência momentânea da proteção familiar, experiências que contribuem para seu aprendizado e desenvolvimento.

Juntamente com minha pós-graduação, comecei a lecionar em uma escola estadual na qual estudei do ensino fundamental ao médio e na qual estagiei por dois anos. Atuei como professora regente para crianças do 3º ano do ensino fundamental. Posteriormente, mudei da minha cidade natal para Vitória em busca de oportunidade de trabalho, pois onde residia havia

poucas escolas e, conseqüentemente, poucas vagas para docente. Trabalhei como professora na Associação Pestalozzi, por dois anos, lecionando para alunos com deficiência, onde tive a oportunidade de vivenciar a educação religiosa. Uma vez na semana, um grupo de pessoas da igreja católica visitavam a instituição, interagiam com as mães dos(as) alunos(as) e tinham liberdade para realizar oração no pátio da instituição. Essa prática tornou-se rotina na escola, com orações diárias antes do lanche, agradecendo pela comida. Em seguida, trabalhei por três anos como professora de Educação Especial em uma sala de recursos multifuncionais, na EEEFM⁷ Professor João Loyola no município da Serra.

Durante minha trajetória profissional, destaco os quatro anos (2017 a 2020) em que trabalhei como professora de Educação Especial na EEEFM Professor João Loyola, na Rede Estadual de Educação no município de Serra. Essas experiências provocaram diversas reflexões sobre as minhas práticas, baseadas nos estudos realizados durante a graduação, na pós-graduação, e nas vivências compartilhadas em sala de aula. As dúvidas que planavam sobre como deveria realizar minhas ações e quais mudanças eram necessárias surgiram, especialmente ao atuar como professora de Educação Especial e vivenciar esse campo de conhecimento, a inclusão de alunos(as) com deficiência nos anos finais da educação básica, o ensino médio. Surgiram incertezas de como esses(as) alunos(as) se desenvolvem nas diversas disciplinas do currículo e de que forma os(as) professores(as) se sentem preparados para desempenhar a inclusão dos(as) alunos(as). No âmbito da formação inicial dos docentes e na produção de conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento de ações inclusivas no ambiente escolar, percebe-se uma lacuna, pois de modo implícito. Esses conhecimentos devem ser estudados na prática docente, com formações continuadas específicas nessa área de conhecimento, todo o tempo trabalhando nessa instituição não era comum ver os professores que lecionava em disciplinas específicas como: Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia e entre outras, participando de formações continuadas e cursos de capacitações voltados para a área da inclusão.

Sobre a importância da formação docente voltada para área da inclusão, observamos que há uma grande carência de conhecimento para atuar em prol de pessoas com deficiência. Com a promulgação da Lei nº 9394/96, LDB⁸, esses obstáculos quanto a formação e atuação dos docentes começaram a ser destacados nos debates sobre educação, no ano 2000 com a

⁷ Doravante a pesquisadora utilizará a sigla EEEFM para se referir a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio.

⁸ Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96). Brasília: 1996.

criação do programa Ensaio pedagógicos; Educação Inclusiva pelo ministério da Educação. Este programa procurou, a partir dos objetivos norteadores desse documento dialogar com as problemáticas sociais que envolvem a realidade da escola e a diversidade dos(as) alunos(as). Nesse contexto, Coutinho nos adverte que há saberes docentes que compreendam as especificidades vivenciadas em sala de aula. Esses saberes são:

Conhecimento, habilidades e competências que precisam ser mobilizados pelo professor, no cotidiano educacional que, por sua vez, deve construí-los e ressignificá-los a partir do diálogo entre os diversos saberes constituídos ao longo de sua trajetória profissional e pessoal.⁹

Conforme o autor, os conhecimentos docentes são aprofundados a partir das práticas e da vivência profissional do(a) professor(a). A partir desse momento, integra conhecimento ao mesmo tempo que reflete sobre as suas ações, aprimorando sua trajetória profissional e acadêmica. Diante dessa inquietação, busquei informação sobre as práticas no componente curricular do Ensino Religioso. Durante os atendimentos colaborativos, observei a realidade das aulas de Ensino Religioso na escola EEEFM Professor João Loyola, onde pude perceber que as práticas do professor que lecionava o Ensino Religioso para os(as) alunos(as) com deficiência eram excelentes.

Acompanhei o trabalho de um professor que ministrava o Ensino Religioso para os anos finais do ensino médio com adolescentes com deficiência. Procurei entender como as práticas desse professor, que possuía especialização na área de deficiência estava contribuindo para a inclusão desses alunos(as) nas escolas regulares. Pude observar que, embora a didática do professor estivesse alinhada com os princípios da Educação Inclusiva, ela ocorreria de maneira isolada na escola, pois para que haja de fato a inclusão, todos os membros da comunidade escolar devem estar envolvidos nesse processo, expressando atitudes favoráveis e refletindo melhorias no cotidiano da escola. Destaco a importância da formação sobre inclusão para todos os educadores, visando aprimorar o ambiente escolar. É importante recordar que os(as) alunos(as) com deficiência têm o direito de frequentar as escolas, sendo dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade garantir uma educação de qualidade para eles(as), conforme estabelece a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015, art. 27, único): “É dever do estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e

⁹ COUTINHO, J. P. Religião e outros conceitos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIV, 2012.

discriminação”¹⁰. Com isso, o Estado através das redes de ensino federais, estaduais e municipais, fica encarregado de oferecer formações para que os(as) gestores(as) e professores(as) se aperfeiçoem com os princípios da educação inclusiva, além de criar condições de permanência, acesso, aprendizagem e participação em todas as modalidades de ensino. Garantindo o direito a educação dos(as) alunos(as) com deficiência em todos os níveis de educação.

Como professora, fui inspirada pelas práticas desenvolvidas em sala de aula pelo professor que acompanhei. Ele demonstrava respeito e carinho pelos alunos(as), dialogava e introduzia os conteúdos de forma significativa. Durante uma conversa em um dia de planejamento, ele compartilhou que era pastor de uma igreja evangélica e, mesmo não podendo abordar diretamente a religião em sala de aula, tentava ao máximo compreender a vivência de cada aluno(a) e ajudar no que fosse possível na formação de caráter deles(as), pois esse era um motivo de muita preocupação, essas palavras me trouxeram muitas reflexões sobre meu dever como docente.

Nessa trajetória formativa, participei de cursos sobre a Educação Inclusiva para docentes que atuam com Educação Especial, oferecidos pela Secretaria de Estado da Educação (doravante SEDU). Esses cursos foram de grande importância, despertando inúmeros questionamentos quanto a formação dos(as) professores(as) em todas as áreas de conhecimento. Todos esses percursos, desde o ensino médio, na graduação em Pedagogia, na especialização em Educação Inclusiva, nos cursos de aperfeiçoamento, até minha atuação como professora de Educação Especial e minha experiência na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor João Loyola, levaram-me a investigar a Educação Inclusiva em interface com o Ensino Religioso, especificamente as contribuições do componente curricular Ensino Religioso em escolas com alunos(as) com deficiência.

Logo após essa experiência, rescindi o meu contrato com a SEDU em 2021 e tomei posse do tão sonhado concurso público. Fui convocada para trabalhar como professora de Educação Especial na prefeitura de Vila Velha, e um mês depois, também fui convocada para assumir como professora de séries iniciais na prefeitura de Cariacica. Ao iniciar os atendimentos colaborativos com os(as) alunos(as) com deficiência na escola em que atuava na prefeitura de Vila Velha, percebi uma realidade muito diferente daquela vivenciada na escola EEEFM Professor João Loyola. A professora que lecionava o Ensino Religioso solicitou a retirada do aluno da sala e sua não participação nas aulas, alegando que o aluno atrapalharia o

¹⁰ Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015.

aprendizado dos outros. Essa atitude gerou grande revolta, pois fere os direitos estabelecidos por lei no que diz respeito a inclusão. Questionei por várias vezes junto ao corpo docente essa atitude, em uma conversa com a pedagoga, ela sugeriu para que deixasse essa situação para trás e trabalhasse com o aluno nas aulas de Ensino Religioso com o conteúdo de minha preferência. Essa situação gerou dúvidas em relação ao componente curricular Ensino Religioso nas escolas, e diante dessa inquietação, iniciei essa pesquisa envolvendo o Ensino Religioso e a inclusão escolar no município de Vila Velha.

Em relação a esse estudo, compreendemos que as discussões sobre os princípios da inclusão e do Ensino Religioso, surgem em meio aos embates sobre a importância das formações continuadas relacionadas à inclusão e a participação dos educadores e familiares é fundamental para garantir o direito à uma educação de qualidade. A partir dos significados e sentidos que surgem da minha trajetória profissional e pessoal, baseando no conceito teórico e empírico envolvendo esse grupo social historicamente excluídos - as pessoas com deficiência - surge o desejo de compreender como combater a desigualdade nas escolas através de políticas públicas, com a participação dos pais, professores(as) e sociedade em geral, alinhado às leis, os princípios éticos, os valores e as regras de convivência social. Além disso busco entender como o Ensino Religioso poderia contribuir para alcançar a inclusão no ambiente escolar. Assim, fui em busca desse estudo.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescentes, nos artigos 53 e 54, defendido o direito à educação e determina-se atendimento educacional especializado para aquele que necessitam:

Art. 53. A criança e o adolescente têm o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho ('omissis');

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino¹¹.

Para compreender melhor a realidade dessa pesquisa, procurei informações por meio da revisão da leitura das literaturas de produções acadêmicas sobre Educação Inclusiva em interface com o Ensino Religioso. Realizei também uma busca ativa através da Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha, em instituições escolares com matrículas de alunos(as) com deficiência. A partir dos dados fornecidos pela secretaria, identifiquei a escola UMEF

¹¹ BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

Senador João De Medeiros Calmon, uma escola de ensino fundamental que atende a esse público, para entender a realidade e a rotina, delimitando o percurso de pesquisa.

Ao realizar a literatura das referidas temáticas a partir de 2001, ano em que surgiram as Políticas Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva¹², destaco os avanços das lutas sociais buscando políticas públicas voltadas para uma educação de qualidade para todos os(as) alunos(as). O movimento global pela inclusão é uma ação cultural, política, pedagógica e social, que visa a defender o direito de todos os(as) alunos(as) a uma educação igualitária, participativa e sem nenhum tipo de preconceito. Ressaltando que essas discussões se embasaram em alguns documentos, como a Declaração de Salamanca (1994)¹³, Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990)¹⁴, a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB 9.394/96)¹⁵, a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as pessoas com Deficiência- Convenção da Guatemala (1999)¹⁶, no Brasil em vigor pelo decreto nº 3956/2001, dentre outros. A partir desses documentos baseou a elaboração da Lei nº13146/15, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). Esta lei sinaliza iniciativas para a garantir os direitos das pessoas com deficiências no âmbito social. Segundo esta lei: “[...] destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania”.

Nesse contexto, a LBI defende ser necessário estudar a deficiência de forma mais detalhada, com o auxílio de uma equipe multidisciplinar e multiprofissional, a fim de conhecer os seguintes fatores: I - Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II - Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III A limitação no desempenho de atividade; IV A restrição de participação¹⁷.

Na LBI conforme citado no artigo 3º, defendem-se ações voltadas a questão da acessibilidade; da tecnologia assistiva; das barreiras (urbanísticas, arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais, de transporte e tecnológicas); do acompanhante, do profissional de apoio

¹² BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

¹³ Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

¹⁴ UNESCO. Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien (1990).

¹⁵ Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96). Brasília: 1996.

¹⁶ BRASIL. *Decreto nº 3.956*, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala, 2001.

¹⁷ Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015.

escolar, entre outros, com o objetivo de atender as necessidades individuais e coletivas da pessoa com deficiência. Essas ações e fatores levam a pensar que ao analisarmos a realidade escolar de indivíduos que estudam em escolas que não oferecem nenhum desses recursos citados, o desafio é ainda maior, visto que esse espaço, sem as adaptações necessárias, vira um labirinto, gerando barreiras que dificulta ainda mais a inclusão das pessoas com deficiência.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamental na concepção dos direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, avançando em relação a ideias de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da exclusão dentro e fora da escola. Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a Educação Inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir desses referenciais, ela passa ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos(as) os(as) alunos(as) tenham suas especificidades atendidas.

1.2 Escola e Educação Inclusiva

Este tópico fará uma breve análise com o intuito de compreender o campo político da Educação Inclusiva no município de Vila Velha. Em 2005, foi criado o Núcleo de Educação Especial cumprindo a Resolução CNE/CBE, nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Inclusiva nas escolas de educação básica. O objetivo era dialogar e socializar sobre a legislação nacional e municipal nas instituições de ensino, monitorando as políticas em ação, fazendo-se presente nessas instituições para auxiliar e debater sobre as práticas inclusivas adotadas por elas. Em 2013 foi elaborado o Projeto de Atuação do Núcleo de Educação Especial, junto com a Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha (SEMED), tendo como base dois documentos da política de Educação Inclusiva criados em 2004 e 2008. Esses documentos foram atualizados e contam com uma nova versão, que se assentam em uma proposta de atendimento especializado nas escolas, oferta de formação continuada para professores(as) atuantes na sala de aula do ensino regular, professores(as) do atendimento educacional especializado, do colaborativo, pedagogos, coordenadores e diretores das unidades de ensino, orientando as ações e trazendo conhecimento voltado para área da inclusão.

A Rede Municipal de Ensino de Vila Velha matriculou aproximadamente 1800 alunos(as) com deficiência nas unidades de ensino regular no ano de 2021, divididos em 98

escolas públicas municipais, segundo o levantamento realizado pela SEMED em janeiro de 2022. Atualmente, contam com 433 professores(as) que atuam na Educação Especial alocados em todas as escolas da rede, e também nos polos específicos para atendimento das especialidades: surdez, visual e deficiência intelectual. Contam com cuidadores(as) escolares que são capacitados(as) e habilitados(as) para acompanhar os(as) alunos(as) com deficiência nas escolas. Além disso, possuem uma equipe multidisciplinar composta por neurologista, psicólogo, fonoaudiólogo e assistente social que atendem alunos(as) encaminhados pelas escolas.

A instituição observada para essa pesquisa é a escola municipal UMEF Senador João de Medeiros Calmon, situada na Praia Das Gaivotas, Vila Velha- ES, uma das 98 escolas da Rede Municipal de Vila Velha que possui alunos(as) matriculados(as) com deficiência. Oferta cerca de 1000 matrículas para as modalidades do ensino regular e o EJA, dos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Dos 1800 alunos(as) com deficiência atendidos pela Rede Municipal da Prefeitura de Vila Velha no ano de 2021, 86 frequentaram essa instituição de ensino no ano de 2021 e o quantitativo de alunos(as) só vem crescendo, em 2022 há cerca de 100 alunos(as) com deficiência matriculados, divididos em três turnos (matutino, vespertino e noturno),

A Escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon, atualmente é o meu local de trabalho como professora de educação Especial no turno matutino com o atendimento colaborativo, realizado diariamente com os(as) alunos(as) com deficiência em sala de aula, juntamente com o(a) professor(a) regente e o restante da turma. Esse atendimento colaborativo é uma estratégia pedagógica que visa garantir um apoio ao acesso e permanência com qualidade de ensino para os(as) alunos(as) com deficiência, compartilhando informações entre os(as) professores(as) e flexibilizando o currículo de acordo com as limitações do estudante com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtorno globais de desenvolvimento, com estratégias individuais de ensino para cada aluno(a) acompanhado(a). A escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon cumpre seu papel social promovendo a participação e a socialização humanizadora de novas experiências centradas no modo de aprender dos diferentes alunos(as), nas relações sociais e na valorização da diversidade e das formas de convivência no ambiente escolar.

No ano letivo de 2022 fiz o acompanhamento no colaborativo com 6 alunos(a) nas turmas do 8º ano, todos(as) com deficiência intelectual, em horários distintos estabelecidos nos planejamentos com a pedagoga. Todas as ações trabalhadas nesse acompanhamento deveriam ser estabelecidas nos planejamentos junto ao professor(a) regente e a pedagoga, mas devido a inúmeros contratemplos que surgem no cotidiano da escola, os planejamentos que ocorreriam

semanalmente e por área de conhecimento, acontecem esporadicamente uma vez ao mês e não contemplam todas as áreas de conhecimento trabalhadas nos anos finais do ensino fundamental. Essa falta de assistência sobrecarrega o(a) professor(a) de Educação Especial, pois as adaptações curriculares que deveriam ser feitas com colaboração dos(as) outros(as) professores(as) acabam sendo realizadas somente pelo(a) professor(a) de educação especial.

Em relação a acessibilidade dos(as) alunos(as) com deficiência, a escola conta com uma boa estrutura para atendê-los, possui sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado, com mobiliários, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos adaptados e banheiro adequado para alunos(as) com deficiência ou mobilidade reduzida. Além disso, oferta cursos para docentes e discentes voltados para a área da inclusão: cursos da língua escrita para alunos(as) com deficiência, cursos do uso da informática acessível, curso de libras entre outros, que acontecem no contraturno. Como discutido anteriormente sobre a importância do envolvimento da escola e de toda a comunidade escolar no processo de inclusão, a oferta de cursos, de formações continuadas e ambientes adaptados entre outros recursos, ao pesquisar sobre as instituições de ensino pertencentes a Secretaria de Educação de Vila Velha, percebemos as práticas inclusivas adotadas pela UMEF Senador João Medeiros Calmon e como se empenha no processo de inclusão dos(as) alunos(as).

O artigo 22 da Lei Nº 9.394, Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB), assegura que o papel da escola tem por objetivo, desenvolver autonomia dos(as) alunos(as) e prepará-los para a vida. Porém, diversos fatores internos e externos desafiam diariamente o papel da escola perante a sociedade no objetivo do ensinar, mostrando o quão difícil é a missão dessas instituições diante o contexto social.

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (Art. 22; capítulo II; Lei Diretrizes e Bases da Educação)¹⁸.

Ao ter o contato direto com a organização curricular dessa instituição, percebemos muitas ações inclusivas adotadas por ela. Possui uma sala com recurso multidisciplinar com materiais pedagógicos específicos para atender os(as) alunos(as), sendo uma escola polo no Atendimento Educacional especializado. Os(as) alunos(as) matriculados(as) na sala de AEE são do contraturno dessa instituição e também vindo do contraturno de instituições próximas. Contam ao todo com nove professores(as) especializados(as) em Educação Especial no

¹⁸ Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96). Brasília: 1996.

atendimento colaborativo, sendo quatro professores(as) que trabalham no turno matutino, quatro no turno vespertino e um(as) no noturno, que fazem o atendimento na sala de aula junto ao(a) professor(a) regente, dando o suporte necessário para o seu desenvolvimento e a socialização com os pares. Oferecendo a eles atividades adaptadas de acordo com a sua necessidade que são produzidas nos planejamentos entre os(as) professores(as) de ensino regular e os de Educação Especial, intermediado pelo pedagogo. Além disso, há duas professoras que trabalham na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), equipada com instrumentos de estimulação, jogos, equipamentos eletrônicos e materiais adaptados, alguns enviados pelo Ministério da Educação e outros adquiridos pela prefeitura. O atendimento no AEE tem como objetivo dar continuidade e ampliar o trabalho desenvolvido com os(as) alunos(as) no colaborativo na sala de aula, em um ambiente mais completo e preparado para recebê-los(as).

A real inclusão dos(as) alunos(as) público alvo da Educação Especial nas escolas de ensino regular tem sido um constante desafio e na UMEF Senador João de Medeiros Calmon não é diferente. Apesar da maioria dos(as) professores(as) trabalharem com ações inclusivas, nem todos(as) têm essas práticas nas salas de aula, muitos(as) não participam dos cursos ofertado pela instituição e dos planejamentos com os(as) professores(as) de Educação Especial.

As políticas de inclusão adotadas por essa instituição de ensino são estabelecidas pelas leis da Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB)¹⁹ e a Lei Orgânica Municipal de Inclusão do Município de Vila Velha/ ES²⁰. A instituição é assessorada pelo Núcleo de Educação Especial, que juntos põem em prática projetos, planos e leis que visam promover a inserção social dos(as) alunos(as) com deficiência, assegurando e garantindo a eles atendimento especializado conforme as suas necessidades, visando construir uma escola totalmente inclusiva. Em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) desenvolvido no ano de 2021 estabeleceram práticas curriculares que buscam desenvolver o acesso de todos ao conhecimento, promovendo ações que favoreçam as interações sociais por meio das revisões das Políticas Públicas garantindo as estratégias necessárias para que ocorra a inclusão nas escolas, reconhecendo que todos podem aprender.

¹⁹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96).

²⁰ Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 31/2008.

1.3 Deficiência e Ensino Religioso

A escola pesquisada UMEF Senador João de Medeiros Calmon conta com onze professores (as) de Ensino Religioso divididos entre os turnos matutino, vespertino e noturno, com carga horária de trabalho de 25 horas semanais. A matrícula desse componente curricular é facultativa, cabendo aos pais aceitarem que os(as) filhos(as) participem dessas aulas. No ano de 2021, a escola passou por uma problemática envolvendo duas famílias, que não aceitaram que os filhos assistissem as aulas de Ensino Religioso. Apesar de dialogarem com o professor e a pedagoga sobre os assuntos estudados, alegaram que não concordam que trabalhassem com temas religiosos nas escolas, assinando um termo desistindo da matrícula deste componente curricular. Esses alunos retiravam-se da sala de aula no momento das aulas de Ensino Religioso e ficavam na coordenação, na maioria das vezes sem fazer nada.

Essa problemática envolvendo o componente curricular Ensino Religioso nas escolas surgiu devido as diversas interpretações errôneas de como as famílias enxergam as religiões. A escola, enquanto instituição que trabalha a construção da identidade e as práticas sociais, tem papel relevante perante o processo de desenvolvimento da identidade religiosa dos(as) alunos (as), pois é fonte de conhecimento e agrega informações cotidianamente. Segundo Freire a educação estabelece “Ter a consciência que o indivíduo é um ser inacabado, em um permanente processo de busca”²¹, sendo modificado e moldando sua identidade no seu dia a dia. As experiências que os(as) alunos(as) adquirem nas aulas de Ensino Religioso se difere das experiências adquiridas nas instituições religiosas.

Um desses dois alunos que não participavam das aulas de Ensino Religioso estudava no 7º ano e o laudo trazido pelos responsáveis a escola, sinalizava que ele tem deficiência intelectual. A mãe alegou que o filho não tem discernimento para compreender sobre assuntos religiosos, a família é evangélica, segundo ela a educação religiosa é dever da família. No momento das aulas de Ensino Religioso ele saia da sala e ficava andando pela escola com a cuidadora, sem o compromisso de fazer as atividades e ser avaliado. Por vontade da família, o aluno ficava na escola esse tempo ocioso sem fazer nada, pois não consideravam relevantes essas aulas para o seu desenvolvimento. A escola por sua vez não desenvolveu nenhum projeto para ser trabalhado com esses(as) alunos(as) nos momentos que estão fora de sala, pois consideram que são poucos alunos(as) que não frequentam as aulas de Ensino Religioso e

²¹ FREIRE, P. A. *Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

precisariam de um profissional disponível para atendê-los. No ano de 2022 o cenário mudou, não houve desistência, todos os(as) alunos(as) estão frequentando as aulas de Ensino Religioso.

Curry (2004) adverte sobre o que representa o Ensino Religioso nas escolas. “Por trás dele se oculta uma dialética entre secularização e laicidade no interior de contextos históricos e culturais preciosos”²². Por muitos anos a religião é alvo de estudo, pois seus objetivos apresentam um paradoxo, que por um lado ajuda as pessoas a encontrar a esperança, a viver melhor e ajudar ao próximo, por outro lado para dividir e excluir grupos. Outro aspecto relevante a ser considerado é que as religiões tem sua importância social, política e cultural que advém de uma trajetória de intolerância religiosa desde muitos anos atrás.

De acordo com as políticas públicas e o sistema educacional brasileiro, as escolas tem o dever de ser um ambiente acolhedor para todos, sem distinção de raça, religião, aparência, sexo, condições psicológicas e físicas. Nas aulas de Ensino Religioso, exige-se uma metodologia de ensino interdisciplinar e inovadora, acessíveis a mudanças de acordo com o contexto de cada época. Levando em conta os obstáculos que surgem no processo pedagógico no decorrer do desenvolvimento na disciplina e no trabalho do professor laico para intervir nas informações adquiridas pelos(as) alunos(as) por meio dos veículos de comunicação e das vivências. Essa intervenção tem como objetivo trazer boa convivência entre alunos(as) de diferentes religiões e com o intuito de estar o mais próximo possível das vivências e dos pensamentos distintos existentes em sala.

Um acontecimento que me trouxe profundas reflexões sobre como o Ensino Religioso colaboraria com a inclusão de alunos com deficiência nas escolas foi no início do ano letivo de 2022, na primeira aula de Ensino Religioso do 8º ano. O professor realizou uma dinâmica na qual os(as) alunos(as) responderiam oralmente a perguntas diversas: nome, fenótipo, gostos, e o significado da escola em suas vidas, visão sobre seus colegas de classe e autoimagem no mundo. A maioria dos(as) alunos(as) se prontificou a falar, e as respostas foram as mais variadas possíveis. O aluno que eu acompanhava como professora colaboradora era autista e tinha dificuldade de interação com os colegas, principalmente em falar em público, mas decidiu participar, mesmo com as mãos geladas e tremendo de nervosismo, compartilhando um pouco de sua realidade com a turma. O que mais me tocou foi que apesar de, apesar de suas limitações, ele teve o desejo de participar e compartilhar um pedacinho da sua realidade com a turma. Após a aula, conversei com o professor sobre a dinâmica. Achei muito interessante a participação do

²² CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ensino Religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente*. Revista Brasileira de Educação v.2, n.27, p.183-213, 2004.

aluno atendido pela Educação Especial, a interação com a turma, o acolhimento dos colegas de sala em cada resposta, o respeito na hora da fala do outro, e a ênfase do professor em aceitar as diferenças e promover respeito ao próximo. O professor não sabia que esse aluno era atendido pela Educação Especial e ficou surpreso pois outros(as) alunos(as) ficaram envergonhados a falar, mas ele apesar de nervoso se prontificou a participar. O professor relatou que realizou essa dinâmica para promover o acolhimento e a interação entre os(as) alunos(as), conscientizando a se conhecerem e a se respeitarem. Durante o planejamento colaborativo com professores(as) da área de humanas, junto a pedagoga responsável pelo turno matutino Izamara Gomes dos Santos e o professor de Ensino Religioso Ailton Santos Ferreira, discutimos sobre a ideia de desenvolver um trabalho interdisciplinar envolvendo a disciplina de Ensino religioso e Educação Especial. O tema seria a cronologia histórica da pessoa com deficiência, abordando as barreiras enfrentadas e a luta pela vida, desde os tempos antigos até os dias atuais, visando a formação de valores, reflexão de uma sociedade igualitária e justa. Estes assuntos serão abordados em algumas aulas de Ensino Religioso. O encerramento deste trabalho será um debate expositivo das conclusões dos(as) alunos(as) sobre nossa proposta, a minha como professora pesquisadora e colaboradora da Educação Especial, e dele como professor de Ensino Religioso. O objetivo é levar informações sobre o desenvolvimento de questões de respeito, as diferenças, reconhecimento, combate às rotulações impostas e os preconceitos existentes dentro e fora da escola, temas que ainda são presentes na sociedade, verificando como ocorre o processo de aprendizagem nessa disciplina e o nível de conscientização dos(as) alunos(as) na vida cotidiana ena aceitação de várias abordagens que têm importância social, política e cultural.

Apesar dos avanços tecnológicos e científicos que globalizam e interligam o mundo, e da legislação que favorece o indivíduo com deficiência, ainda há um longo caminho para se trilhar em busca de uma sociedade inclusiva. Devido essa razão, é necessário que a escola vivencie as práticas inclusivas, tornando-se um elemento de harmonia entre a sociedade e a família, disseminando cada vez mais o respeito, o pensamento inclusivo e a valorização das pessoas com deficiência, garantindo não só o acesso a escola, mas a permanência efetiva no ambiente escolar. Os parâmetros curriculares nacionais do Ensino Religioso, alicerçados nos princípios do respeito à diversidade, cidadania, tolerância e a empatia. Torna-se um componente apropriado para as discutir posicionamentos contra situação de intolerância e preconceito, estabelecendo uma conexão com os princípios norteadores da Educação Especial.

No decorrer do segundo capítulo, abordaremos o contexto histórico do Ensino Religioso e sua trajetória na educação brasileira, analisando as leis orientadoras, suas competências e

habilidades, questionando como as unidades temática desse componente curricular resolvem questões morais, éticas e comportamentais que envolve a sociedade. Além disso, oferecemos um espaço para que os(as) alunos(as) compreendam mais sobre justiça, empatia, paz e o amor ao próximo.



2 LIGAÇÃO ENTRE O ENSINO RELIGIOSO E INCLUSÃO ESCOLAR

Este capítulo tem a finalidade de apresentar estudos sobre a ligação entre o Ensino Religioso e inclusão escolar, com base em revisões literárias sobre as determinantes pedagógicas, legais e históricas. Essas revisões foram organizadas para abordar as legislações, o âmbito político e a construção do processo de ensino-aprendizagem.

2.1 O Ensino Religioso nas escolas e o fenômeno da inclusão

O Ensino Religioso, enquanto disciplina foi normatizado através da Lei 9475/97, de 22 de julho de 1997, sancionando, em seu Artigo 1º, a lei 9374, vigorando o seguinte termo: “Art.33 O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”²³. Considerada parte da formação básica do cidadão, essa disciplina traz reflexões sobre questões pertinentes sobre respeito, diferenças e reconhecimento, combatendo as situações de rótulos em relação aos(as) alunos(as) que fogem dos padrões normalmente impostos pela sociedade, incluindo aqueles(as) com deficiência intelectual, mental e física.

Na BNCC²⁴ do ensino fundamental, tanto dos anos iniciais quanto nos finais, a disciplina do Ensino Religioso propicia ao(a) aluno(a) conhecimento sobre assuntos religiosos, estéticos e culturais, partindo de manifestações religiosas observadas em sala de aula. É uma maneira de promover a compreensão do direito à manifestação de crença e à liberdade de consciência. Além disso, visa desenvolver competências e habilidades para incentivar os diálogos sobre posicionamento religiosos, visando à liberdade e ao respeito entre as ideias compartilhadas pelos(as) alunos(as), contribuindo na formação de princípios éticos, de valores e da cidadania.

Para que essas aprendizagens sejam efetivas aos(as) alunos(as), a BNCC fragmenta os conteúdos dessa disciplina em unidades temáticas que são: 1º Identidade e alteridades, 2º Manifestações Religiosa, 3º Crença religiosas e filosofia de vida²⁵.

²³ Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96). Brasília: 1996.

²⁴ Doravante a pesquisadora utilizará a sigla BNCC para se referir a Base Nacional Comum Curricular.

²⁵ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

Na unidade temática Identidade e alteridades, cujo o objetivo é trabalhar com os(as) alunos(as) a valorização e o reconhecimento da singularidade humana, bem como a importância de respeitar as diferenças e as semelhanças encontradas no outro, são abordadas questões de transcendência, atribuindo significados e sentidos para a vida e a morte. Através desse assunto, explora-se mitos, símbolos, territórios, espaços e lideranças. Vivenciamos no contexto da sala de aula, diferentes tipos de aprendizagem, inteligências e também modalidades sensoriais, evidenciando a importância de trabalhar com recursos metodológicos diversos, pois é perceptível que os(as) alunos(as) aprendem mais quando estimulados de maneiras variadas, de acordo com as suas capacidades mais desenvolvidas, sejam elas: visual, auditiva, lógico-matemática, cinestésica, naturalista e entre outras. Estimula-se pelas suas vivências ou pelos conhecimentos já adquiridos gerando interesse para que ocorra a aprendizagem significativa. Na UMEF Senador João de Medeiros Calmon, os(as) professores(as) são orientados em seus planejamentos a utilizar diferentes práticas pedagógicas e formas de avaliação para contemplar todos(as) os(as) alunos(as) em sala de aula.

O discente com deficiência matriculado nessa instituição de ensino, para ter direito ao atendimento especializado, precisa de apresentar a escola, no ato da matrícula, um laudo que comprove a deficiência. Este laudo é obtido através de uma triagem feita por diversos profissionais da área da saúde (neurologista, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicopedagogo). Após o fechamento do diagnóstico, a família apresenta o laudo à escola para ser anexado em seu prontuário, garantindo assim o direito dos(as) alunos(as) com deficiência ao atendimento do professor(a) de Educação Especial. Este professor realiza uma avaliação diagnóstica no início do ano, buscando compreender informações sobre as competências e aptidões desses(as) alunos(as) para a organização dos objetivos do processo de ensino aprendizagem, além das formas de avaliação, observando as suas singularidades, dificuldades e potencialidades.

Existem situações em que, mesmo alunos(as) com deficiência tendo laudo clínico apresentado na escola, não são atendidos pelos(as) professores(as) da Educação Especial, pois não possuem direito judicialmente a esse tipo de atendimento. Isso ocorre porque, na estrutura da Rede Municipal da Prefeitura de Vila Velha, alguns quadros comuns de deficiência, como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno Desafiador Opositivo (TOD), são tratados como transtornos comportamentais e não de aprendizagem. Nesses casos também passam por uma avaliação diagnóstica por parte dos(as) professores(as) e recebem um olhar diferenciado em seu processo de aprendizagem.

Na segunda unidade temática, Manifestações religiosas, os assuntos complementam os temas da primeira unidade, abordando a valorização e o respeito pelas crenças religiosas existente no cotidiano da sala de aula. Além disso, promove-se a valorização e a compreensão de cada religião e as relações estabelecidas entre as denominações religiosas e as lideranças nos diversos contextos sociais. Esses assuntos são discutidos nas aulas de Ensino Religioso, desde a apresentação da disciplina, no início do ano letivo, quando o(a) professor(a) apresenta a grade curricular, até ao longo do ano, com os conteúdos trabalhados em sala de aula, os quais, em sua maioria, contemplam as manifestações religiosas existentes em nosso meio.

Na terceira unidade temática, Crenças religiosas e filosofias de vida, são abordados em sala de aula com os(as) alunos(as) temas relacionados a filosofia de vida e as diferentes tradições religiosas. Os assuntos incluem crenças, doutrinas, mitos, ideias de divindades, tradições escritas e orais, valores éticos e princípios. Esses temas são inseridos de maneira sistemática no ensino aprendizagem dos(as) alunos(as) do ensino fundamental na UMEF Senador João de Medeiros Calmon, com o objetivo dos(as) alunos(as) conhecerem desde cedo as relações da temática da existência e a finalidade das doutrinas do sistema religiosos. Durante as aulas de Ensino Religioso, observo o(a) professor(a) trabalhando textos reflexivos que abordam as tradições religiosas e reflexões da filosofia de vida dos(as) alunos(as). Muitos debates são propostos nas aulas, a participação de todos nesses debates tem sido excelente. Muitos alunos(as) compartilham experiências fora da sala de aula, trazendo informações ricas que geram debates valiosos para as aulas.

O trabalho dessas unidades temáticas nas aulas de Ensino Religioso facilita abordar a inclusão em sala de aula, principalmente nesse componente curricular, pois o diálogo é bastante utilizado para destacar as ideias e o pensamento crítico dos(as) alunos(as), permitindo o desenvolvimento de um trabalho significativo sobre o respeito as diferenças e à singularidade dos(as) colegas(as). No entanto, apesar de todo o avanço tecnológico e científico existente hoje no mundo e todas as leis que ampara as pessoas com deficiência, ainda há um longo caminho a percorrer para transformar a sociedade em inclusiva, um processo que necessariamente começa pelos trabalhos desenvolvidos na escola, a comunicação com a família e a sociedade, criando elementos que contribuam cada vez mais para atitudes inclusivas de valorização e respeito a pessoa com deficiência, garantindo não só a matrícula, mas a socialização e a aprendizagem no ambiente escolar.

O Ensino Religioso, com a sua área de conhecimento, é uma das melhores formas de trabalhar os valores sociais, políticos, teóricos e pedagógico da análise do estudo da religião para a formação do cidadão. Isso possibilitaria solucionar a confusão existente entre a educação

do cidadão e a educação religiosa, tanto dentro como fora da sala de aula, atribuindo ao Ensino Religioso o papel de aprimorar a cidadania e os valores dos(as) alunos(as), por meio da compreensão da religiosidade e dos princípios preservados pelas tradições religiosas. As unidades temáticas apresentadas, demonstram como trabalhar com práticas concretas no Ensino Religioso, apresentando diferentes abordagens em nossas escolas.

Desta forma, as unidades temáticas estabelecem diferentes maneiras de transmitir os conhecimentos nas aulas de Ensino Religioso para o ensino fundamental, com base os objetivos organizados pela BNCC²⁶, que visa estabelecer elementos com uma visão ampla da realidade dos estudantes brasileiros, contemplando a diversidade que valoriza as características locais e regionais da sociedade, da economia e da cultura.

Nas diversas abordagens teóricas que possui o Ensino Religioso, temos duas linhas a serem consideradas: uma favorável e outra não a ética republicana das instituições de ensino em ensinar o transcendente na perspectiva da laicidade. Ao considerar a transcendência como um objeto reconhecido nessa base teórica, entendemos que o Estado é democrático e de direito ao ser laico. Essa problemática implica em lutas políticas, delimitando no espaço e no tempo escolar o dilema epistemológico do Ensino Religioso. Diante dessa realidade observamos a dificuldade do(a) educador(a), defensor(a) da escola universal laica e obrigatória de idealizar o seu trabalho em um ensino submetido ao controle social, com conteúdo que não sejam tendenciosos para as doutrinas das igrejas, mas que preconizam as normas e as leis orquestradas pelo Estado. Compreendemos que o Ensino Religioso é um componente que articulam o fenômeno religioso na concepção pedagógica, e destacamos que as escolas não são proibidas de abordar sobre condutas religiosas. No entanto, o objetivo é trazer informação para os alunos esclarecerem suas dúvidas por meio do diálogo e pesquisa sobre os aspectos principais do fenômeno religioso, presente desde a época da evolução humana em todas as culturas. Desta forma Junqueira e Hastenteufel, definem o Ensino Religioso como:

Processo que antecede e independe de qualquer opção por uma religião. Não é inter-religioso, nem ecumênico. Mas é antecedente á opção religiosa, que se fará na família ou na comunidade religiosa. Por isso é fundamental que uma vez se defina que o Ensino Religioso a ser ministrado na escola pública não é aula de religião, muito menos de catequese.²⁷

²⁶ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

²⁷ HASTENTEUFEL, Dom Zeno. Junqueira, Sérgio. *Nem aula de religião, nem catequese*, In: Mundo jovem (Org.). Ensino Religioso e cidadania: textos e dinâmica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11.

Essa visão defendida por Sérgio Junqueira e Hastenteufel, estabelece claros objetivos para o Ensino Religioso com metodologia própria da estrutura escolar, conteúdo específico de ensino cuidadosamente adaptados de acordo com a capacidade dos(as) alunos(as), sua cultura voltada para o conhecimento das religiões, suas características, os problemas comuns, a moral e o diálogo aberto intercultural e interdisciplinar que deve existir, como defendido por Junqueira e Rocha:

O Ensino Religioso é explicitado como distinto da catequese, pois esta é ministrada em uma comunidade que vive a fé, num espaço mais vasto e por um período mais longo do que o escolar. O Ensino Religioso, ao mesmo tempo em que ocorre no limite da escola, frente ao pluralismo de crença dos(as) alunos(as), das famílias e mesmos dos professores(as), afirma que, na escola católica, o docente seja escolhido com atenção e cuidado para ter responsabilidade no que é transmitido.²⁸.

O Ensino Religioso, nessa abordagem, conceitua-se através de conhecimento específico que articula cultura e religião, sendo desafiado a desenvolver uma educação voltada para o combate ao preconceito e proselitismo. Segundo Cury, o Ensino Religioso deve ocorrer de forma desanexada do fenômeno religioso eclesiástico, mas apresentando como disciplina escolar que busca compreender a religião com um caráter laico, considerando os aspectos culturais da educação brasileira.

O Ensino Religioso é mais do que apresenta ser, isto é um componente curricular em escolas. Por trás dele se oculta uma dialética entre secularização e laicidade no interior de contextos históricos e culturais preciosos. Nas sociedades ocidentais e mais especificamente a partir da modernidade, a religião deixou de ser o componente da origem do poder terreno (deslocado para a figura do indivíduo) e, lentamente, foi cedendo espaço para que o Estado e distanciasse das religiões.²⁹

Atualmente, o Ensino Religioso é um componente curricular nas escolas de ensino fundamental. A proposta curricular do município de Vila Velha, nas escolas públicas, enfatiza o respeito as tradições religiosas dos povos e a diversidade cultural, utilizando como referência os ensinamentos sobre as práticas religiosas e a fé, conscientizando sobre espaços sagrados existentes na identidade cultural dos(as) alunos(as), identificando as diversas religiões, destacando a importância da religião na vida dos indivíduos, reconhecendo as diferenças

²⁸ JUNQUEIRA, Sérgio; Rocha, Terezinha Sueli. *Identidade do Ensino religioso no espaço escolar. Fragmentos de cultura*, v.27, n.4, p.596-605,2017.

²⁹ CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ensino Religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente*. Revista Brasileira de Educação v.2, n.27, p.183, 2004.

religiosas e o diálogo, identificando divindades presentes no cotidiano, as estruturas simbólicas, a simbologia religiosa e suas concepções.

No entanto, essa proposta curricular está sendo introduzida na prática pedagógica do Ensino religioso em todas as escolas públicas do município de Vila Velha. Muitos(as) professores(as) enfatizam mais os aspectos relacionados às atitudes que promovem os princípios de amizade, respeito, cooperação e atitudes solidárias, relacionando-os a um único pensamento religioso, e não abordando todo o contexto das habilidades temáticas estabelecidas pela BNCC para o componente curricular do Ensino Religioso.

O perfil religioso da escola pesquisada deve seguir a proposta organizada pela Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha, de acordo com a diretrizes vigentes na Lei n. 9394/1996³⁰, abordando vários aspectos como pauta educativa focada na diversidade religiosa, trabalhando discussão, diálogo, formação e a garantia para uma proposta pluralista sobre religiosidade. Contudo, vários conflitos proselitistas têm promovido falha nessa organização. A falta de políticas públicas de formação continuada para os(as) professores(as) de Ensino Religioso é sem um dos principais impedimento para trabalhar a diversidade religiosa dentro da escola. Ressalta-se a importância dos encontros regulares, pois é essencial para partilhar materiais, metodologias, estratégias e experiências.

2.2 Integração e inclusão.

Ao analisarmos esses dois conceitos e suas referências ao modo de inserção do aluno com deficiência no ambiente escolar, mesmo que pareçam ter o mesmo significado, apresentam dois conceitos distintos que refletem resultados contrários em relação a circunstâncias de adaptação dos alunos com deficiência. Mantoan³¹ defende que: “A indiferenciação entre os conceitos específicos dos métodos de integração e inclusão escolar fortalece ainda mais a constância do paradigma tradicional, muitos continuam a mantê-lo, embora defendendo a integração”.

Os vocábulos integração e inclusão, embora pareçam conceitos semelhantes, estão usados para expressar situações divergentes e trazer posicionamentos diferentes para a obtenção de suas metas. A percepção de integração tem sido entendida de diversas maneiras quando aplicadas ao cotidiano escolar. Os variados significados que lhe são outorgados devem-se ao

³⁰ Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96). Brasília: 1996.

³¹ MANTOAN, M. T.E (Org). *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis RJ: Vozes, 2011.

uso do termo para descrever fins diferentes, sejam eles sociais, pedagógicos, filosóficos e outros. Podemos observar que o conceito de integração seria uma forma de defender direitos iguais e oportunidade. Mas não necessariamente é o que ocorre. A integração pode ser entendida como a incorporação do(a) aluno(a) com deficiência no ambiente escolar, sem a devida adaptação educacional relacionadas as suas características.

Exige que os alunos com necessidades educacionais especiais e os professores que os acompanham se adaptem às regras e ao funcionamento do sistema regular, para ter direito a um lugar no meio escolar regular, enquanto o sistema não questiona nem preconiza a mudança (...) o aluno deve se adaptar a um currículo, a uma proposta, a uma escola, sem considerar suas diferenças e suas singularidades. Por isso que na perspectiva da integração os alunos que não conseguem se adaptar, geralmente sofrem, podendo evadir³².

Sabemos que a realidade atual do atendimento às necessidades escolares dos(as) alunos(as) é responsável pelos índices assustadores de evasão e repetência no ensino fundamental. No entanto, no imaginário social, e na cultura escolar, a dificuldade de alunos(as) deficientes de enfrentar as exigências da escolaridade regular é uma barreira que aparece na transparência das afirmações do senso comum e até mesmo em certas interpretações teóricas e argumentos sobre o tema. Por outro lado, já se sabe o efeito positivo do meio escolar regular no desenvolvimento de pessoas com deficiências. Mantoan afirma que: “é mesmo um lugar comum afirmar-se que é preciso respeitar os educandos em sua individualidade, para não se condenar uma parte deles ao fracasso e às categorias especiais de ensino”. Ainda assim, é difícil para muitos, ou melhor, para a maioria dos(as) alunos(as), a ideia de que todos os humanos, são seres únicos, singulares e que é inadequado e injusto sermos categorizados, a qualquer pretexto. Sabemos que é normal a diversidade no meio social e especialmente no ambiente escolar, é uma oportunidade de enriquecimento de trocas, dos intercâmbios sociais, intelectuais e culturais que acontece entre os sujeitos que neles estão inseridos. Acreditamos que o aperfeiçoamento da qualidade do ensino regular e o acréscimo de princípios educacionais existentes para todos os(as) alunos(as), resultarão em benefícios para a inclusão escolar dos discentes com deficiência. Em consequência, a educação adquirirá um novo significado.

Quando falamos em inclusão, entendemos como ações voltadas para as pessoas que são denegadas do meio social, uma forma de garantir que todos usufruam das mesmas

³² OLIVEIRA-MENEGOTTO, L.M. da filiação a inclusão: uma articulação entre psicanálise e educação. In. Educação, cultura e trabalho. Novo Hamburgo: Feevale. 2006. P.89-96.

oportunidades. Trata-se de uma ferramenta essencial para as pessoas com deficiência, pois garante seus direitos como cidadãos, contribuindo para que todos possam ter acesso à educação, moradia e saúde. É um método essencial para a sociedade, pois se torna um aliado para os(as) alunos(as) com deficiência, ressignificando o desenvolvimento de novas formas adequadas de ensinar, de trabalhar os ideais democrático de uma educação para todos. Nessa concepção, os desafios encontrados são inúmeros na busca por ministrar o ensino especializado para o(a) aluno(a) com deficiência, visando ultrapassar as atuais condições de estruturação do ensino escolar para esses(as) alunos(as).

Resumidamente, depende da harmonia entre o ensino regular e a inclusão. No entanto, ao analisarmos essa fusão de uma modalidade a outra, percebemos as dificuldades de adaptação das estruturas. Muitos desafios são encontrados para essa execução, e o ensino especializado dos(as) alunos (as) com deficiência é o principal deles, pois para realizar adequações de novos conhecimentos provenientes das atuais investigações em educação e das metodologias utilizadas em sala de aula, implica em redefinir o contexto desses desafios. O contexto vigente do atendimento especializado é enraizado e forte organizado a partir do paradigma tradicional do contexto histórico.

Quando analisamos os vocábulos integração e inclusão, embora tenham significados parecidos, na prática estão sendo empregados para demonstrar situações de inserção distintas e trazer posicionamentos diferentes para execução dos objetivos. O entendimento do conceito de integração tem sido compreendido de diversas formas quando aplicado a realidade da escola. As diversas definições que lhe são referidas, sejam elas sociais, pedagógicas ou outras são utilizadas para designar alunos com deficiência em todos os setores da sociedade. Os atuais estudos referentes à integração escolar têm causado confusão a respeito da atual realidade. A crítica das políticas de integração no ambiente escolar se fundamenta no fracasso de somente integrar o (as) alunos(as) com deficiência, fazendo que ele se adapte a necessidade do sistema e não o sistema se adaptar a especificidade e a necessidade do(a) aluno(a).

Ao analisarmos a outra vertente, o conceito inclusão, percebemos que é um conceito diferente do conceito de integração, pois se refere a vida educativa e social de todos inseridos no contexto escolar, de uma forma completa e sistemática, reproduzindo como todos os(as) alunos(as) devem ser incluídos no ambiente escolar e não somente frequentando a instituição. A inclusão gera uma mudança no contexto educacional, pois propõem maneira de constituir um sistema educacional, pois propõe maneiras de construir um sistema educacional considerando as necessidades de todos os inseridos, não se limita apenas os(as) alunos(as), mas apoiando todos os envolvidos que apresentam dificuldade na escola, para que obtenham sucesso no

ambiente escolar. O impacto da inclusão é considerável, pois pressupõe o fim da segregação. A inclusão traz inúmeras maneiras de realizar a educação dos(as) alunos(as) com deficiência nos sistemas de ensino, conciliando em uma educação para todos, visando um ensino voltada para o(a) aluno(a). Há muitos obstáculos a serem rompidos para a implantação dessa evolução, como os meios materiais (materiais didáticos pedagógicas, corpo docente especializado, tecnologia assistiva materiais adaptados, gestão e outros), os recursos físicos (adaptações físicas estruturais, rampa de acesso, banheiros adaptados) o desenvolvimento de novas formas de interação e atitudes, exigindo mudanças no relacionamento social e pessoal para a efetivação de um processo escolar de qualidade que promovam os processos de aprendizagem. Nessa realidade, a formação dos profissionais envolvidos com a educação é de grande importância, assim como a comunicação com às famílias.

2.3 A prática inclusiva na formação de professores de Ensino Religioso

Para que a inclusão ocorra de forma satisfatória na escola, deve envolver todos que ali frequentam, sejam alunos(as), professores(as), gestor(a) e os demais funcionários(as). Criando oportunidades de aprender juntos independente das diferenças ou dificuldades. Para que isso se realize, o ambiente tem que adequar a todos, partindo de uma pedagogia que analise as características individuais de cada um, proporcionando momentos que favoreçam as interações sociais e o processo de aprendizagem de todos, sejam eles com deficiência ou não, com abordagens inclusivas e variadas, previamente introduzida em seu currículo.

Os (as) professores (as), em suas didáticas, devem ter o propósito de contemplar todos(as) os(as) alunos(a) da escola, devendo dispor da análise das características educacionais no desenvolvimento de sua prática pedagógica buscando atender as necessidades de seus(as) alunos(as). Devendo estar capacitado para elaborar um trabalho que contribua para que todos se familiarizem com os aspectos pedagógicos das disciplinas correspondentes.

Recomenda-se a recriação do modelo educativo, propondo às escolas a adoção de uma educação e de um ensino que não mais se fundamenta no baseado no modelo perfeito, mas na adaptação curricular, na facilitação das atividades e nos programas para o reforço da aprendizagem, em cada defasagem idade/série escolar a aceleração. O importante é superar a tradição e implantar um novo meio capaz de

formar pessoas nos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária.³³

Compreender que o processo de inclusão tem se apresentado como um grande desafio para os(as) professores(as), gestores(as) e corpo técnico, pois valorizar e reconhecer a diversidade como fator de crescimento do processo educacional é um desafio constante. As políticas de inclusão têm instigado mudanças na formação docente e nas escolas, propondo mudanças positivas na educação, que favoreça a todos. O papel dos(as) professores(as) não é somente ser um mero reproduzidor de técnicas e conhecimentos, é além disso, é observar e conhecer o seu(a) aluno(a), aprender com eles(as), para assim desenvolver habilidades a partir da realidade observada. De tal forma que consiga organizar um ambiente estimulante. É fundamental que a escola desenvolva competências que conquiste os interesses desses(as) alunos(as). O ideal é um ambiente escolar inclusivo que contemple compartilhamento de experiências interpessoais e pessoais que permite a troca de aprendizado entre professor(a) e aluno(a).

Quando abordamos a necessidade das práticas inclusivas nas formações dos(as) professores(as), em especial as formações dos professores(as) de Ensino Religioso, observamos uma carência de informações, minimizando a importância desse componente curricular na formação básica do(a) aluno(a) com deficiência presente no ensino regular, sendo possível o Ensino Religioso, consolidar a descrição do ensino escolar numa perspectiva inclusiva, plural e laica.

O Ensino Religioso por possuir norteadores teórico-pedagógicos e epistemológicos, torna-se um objeto de habilidades educativas disciplinares, visando reconhecer e promover a diversidade cultural dos(as) alunos(as). Uma sociedade inclusiva necessariamente passa por uma escola inclusiva, com a didática do(a) professor(a) voltada para a construção desse processo. Para alcançar uma Educação Inclusiva é essencial considerar os acontecimentos complexos e de grande envergadura que enfrentamos nas escolas. A análise desses fatores é fundamental para a efetivação da inclusão no ambiente escolar. É primordial examinar a formação dos(as) professores(as), para implantação dessa importante política pública.

O estudo do fenômeno religioso e suas manifestações em todos os tempos, lugares e povos, alicerçados nos princípios de cidadania e na

³³ MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, p.19. 2003.

busca pelo respeito á diversidade, deve favorecer a construção de uma cultura de paz, com a abolição do preconceito e da discriminação³⁴.

Existe uma lacuna de informações entre os(as) professor(es) de Ensino Religioso e de Educação Especial que precisa ser corrigida e compreendida para priorizar a inclusão e evitar a exclusão. Deve haver uma colaboração entre os(as) professores(as) para que compreendam e trabalhem com a diversidade existente em sala de aula e considerando-a no planejamento de suas metodologias. É importante que o(a) professor(a) de Ensino Religioso realize um estudo introspectivo para que sua reflexão possa se tornar uma análise de como ensinar forma mais eficaz o fenômeno religioso nas escolas, evitando a exclusão, fortalecendo a inclusão e a diversidade. Isso inclui considerar como suas metodologias educativas podem ser adaptadas de acordo com as vivências dos(as) alunos(as) com deficiência, afim de criar um ambiente acolhedor para o acolhimento dos(as) alunos(as) público-alvo da Educação Especial nas escolas.

Temos vislumbrando que uma das principais características das sociedades atuais é a crescente pluralidade de realidade sociais com suas especificidades culturais, étnicas, relacionais, geracionais e comunicativas. Assim já não nos convém ignorar, segregar e mutilar a heterogeneidade presente em nosso planeta, em especial nos ambientes escolares; faz se necessário conhecer, respeitar e conviver diante de tamanha e rica diversidades cultural.³⁵

O Ensino Religioso, como componente curricular no ambiente escolar, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de estratégias pedagógicas que estimulem o conhecimento, o diálogo e o respeito em relação à variedade cultural religiosa e não religiosa, sem adotar discurso proselitistas e intolerantes. Diante dessa problemática, os(as) professores(as) têm um papel de grande importância na constituição de uma educação igualitária e humanizadora, promovendo aprendizagens significativas, em prol da igualdade de direitos e da convivência harmoniosa entre as diversas manifestações que religiosas que compõem o mundo em que vivemos.

Por isso, observamos que há escolas na Rede Municipal de Vila Velha em que o Ensino Religioso tem sido trabalhado em sala de aula de maneira contrária ao estabelecido em lei,

³⁴ BASTOS, Ana Cristina de Almeida Cavalcante. *A formação do professor do ensino religioso: um novo olhar sobre a inclusão de alunos com deficiências na escola*, 2015.p.53. f. Dissertação, (Mestrado em Ciências das Religiões) - Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2015.

³⁵ CRUSARO, Daniela; BIANCHI, Lindamir Teresinha Crusaro; CRUSARO, Josiane. Vozes silenciadas; os desafios para uma educação alteritária e inclusiva na escola pública. Anais VIII Congresso Nacional do Ensino Religioso, Recife, 29-31 de outubro de 2015, p. 485.

mostrando que há falhas no sistema. Existem professores(as) que lecionam esse componente curricular sem seguir o que se é estabelecido na BNCC no momento de planejar as suas aulas. Isso acaba por gerar práticas discriminatórias nas escolas, levando a uma aprendizagem distorcida por parte dos(as) alunos(as) e adotando uma postura de exclusão.

Ao abordarmos o aprendizado sobre as habilidades do fenômeno religioso, percebemos que é o cerne do planejamento dos(as) professores(as), e a melhor forma de adentrar esse assunto é discutindo e problematizando com base na Constituição e na Base Nacional Comum Curricular. A compreensão da importância das didáticas alinhadas com as práticas educativas exige a utilização de mecanismos pedagógicos que permitam visualizar as modificações do contexto social e histórico dos(as) alunos(as). Por meio das formações continuadas, os(as) professores(as) podem buscar mudanças nos processos de aprendizagem, capacitando-os(as) e consequentemente motivando os(as) alunos(as) a serem sujeitos das mudanças de sua história coletiva e individual, motivando o diálogo como um meio pedagógico capaz de trabalhar as concepções que intervêm na sociedade. O Ensino Religioso voltado para os princípios da Educação para todos, estabelece uma relação entre sujeito, cultura e sociedade por meio de práticas pedagógicas inovadora. Trata-se de trabalhar com questionamentos e analogias sem ambicionar o assunto, investigando a distância entre a prática ideal e real, abordando resultados cientificamente alcançados através de análise relativa de metodologias usadas nas escolas, levando em consideração as dimensões laica, legal, confessional e escolar. Sem a competência destes conhecimentos, o conhecimento normativo nessa área torna-se arcaico.

É importante que os profissionais, família e todos os segmentos da sociedade comprometidos nessa prática, estejam cientes quanto a importância de alinharem com os paradigmas contemporâneos, que mostram novos métodos de trabalhar o Ensino Religioso, abordando-o com uma visão antropológica, tratando da totalidade do ser humano. Assim, é evidente que os(as) alunos(as) precisam desenvolver habilidades para terem acesso ao conhecimento e à informação, aproveitando os recursos sociais já estabelecidos e participando ativamente da vida social na posição de cidadão pensante, tornando importante as considerações sobre essa área de conhecimento.

Diante da relevância dessa problemática e da extensão das ações religiosas, antropológicas, culturais, políticas e sociais abrangidas pela docência do Ensino Religioso torna-se necessário considerar uma educação que realmente priorize o bem estar dos seres humanos, refletindo sobre dimensão das diferentes religiosidades humana. Implantando referências de concordância com a sociedade atual que busca cada vez mais a presença do respeito a diversidade cultural, reprovando práticas pautadas na doutrinação e no autoritarismo.

Compreender sobre a formação dos docentes voltada para a educação inclusiva é entender a importância de transformar a realidade escolar por meio de didáticas e estratégias pedagógicas fomentadas nas diversidades. Identificamos essa lacuna na Rede Municipal de Vila Velha, ao conversar com professores(as) sobre inclusão nas escolas, e práticas em sala de aula. Muitos compartilharam que nunca tiveram oportunidade de discutir essa problemática. Vários teóricos têm como objetivo em suas obras a emancipação humana e a luta pelos excluídos. Esses referenciais teóricos são de valores inesgotáveis para fundamentar as formações de professores(as) sobre práticas docentes voltadas para a inclusão. Essa visão de inclusão sempre foi reconhecida com divergências, argumentações e questionamentos. Com este pensamento, os(as) professores(as) de Ensino Religioso devem buscar, em suas competências técnicas competências técnicas para sair de uma conveniência ingênua e chegar a uma conveniência epistemológica, de maneira a romper com os métodos de homogeneização religiosa, monoculturais e os resquícios das concepções interconfessionais e confessionais que desconcilia o carácter histórico da disciplina.

Dentre vários documentos normativos que embasam o olhar para a formação dos (as) professores (as) que lecionam o Ensino Religioso, podemos analisar a resolução da ONU 47/135 de 18/12/92,³⁶ que fala da Declaração dos direitos das pessoas pertencentes a minorias étnicas ou nacionais em preservar sua identidade de professar e reconhecer suas crenças sem qualquer tipo de preconceito. Com a finalidade de uma educação voltada para a transformação e mudança social, com princípios baseados na valorização e no reconhecimento das diferenças, na laicidade e na diversidade do Estado, destacado a necessidade de estabelecer novas práticas pedagógicas do Ensino Religioso.

Todos esses argumentos estão em harmonia com a Lei 9475 de 22/05/97, dá redação atualizada pelo Art. 33 da Lei 9394/96³⁷, fortalecendo que o componente curricular do Ensino Religioso é parte integrante da formação básica do cidadão e deve respeitar a diversidade religiosa e cultural, vetando qualquer tipo de discriminação. Uma política de formação para os(as) professores(as) devem contemplar uma política mais ampla que envolva todos os níveis nos âmbitos: Municipal, Estadual e Federal, permeada para a construção de conhecimento, partindo das trocas de informações sobre os saberes na concepção da emancipação humana.

³⁶Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes ou étnicas, religiosas e linguísticas Minorias Nacionais.47/135.

³⁷ Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96). Brasília: 1996.

Todo o processo de formação dos docentes precisa ser pautado pela efetividade e qualidade do trabalho que exerce em razão da formação humana. Uma demanda educacional importante que sempre se faz presente no dia a dia da prática pedagógica de qualquer docente, independente da disciplina que leciona e especialmente a realidade do(a) professor(a) de Ensino Religioso, pois é o assunto abordado nessa pesquisa junto a inclusão escolar dos(as) alunos(as) com deficiência, que a cada dia tem se adentrando nas escolas através das políticas públicas focadas nas garantias de direito deste público-alvo.

Dificuldades serão sempre apresentadas nas práticas metodológicas, mas isto não é um impedimento para o(a) professor(a) trabalhar os conteúdos de maneira significativa, ambicionando fazer com que o estudante aprenda o que é explicado. Em muitos momentos, os(as) professores(as) reclamam de não terem sido preparado para lidar com os(as) alunos(as) com deficiência. A complexidade do convívio com as discordâncias, principalmente relacionada às diferenças sociais e religiosas no momento da vivência desses conceitos no dia a dia da sala de aula, alonga o olhar para além das diferenças religiosas quando analisa as diferenças culturais, étnicas, gênero e social e quando essas diferenças interferem no convívio com a relação com o outro. Dentre estas diversidades estão os(as) alunos(as) com deficiência, que são seres únicos e singulares. Por mais que haja todo um amparo legal oportuno a esses(as) alunos(as), existe a necessidade de um envolvimento profissional por parte de todos(as) os(as) professores(as) para lidar de melhor forma com as diversidades existentes, para que a escola seja realmente um ambiente inclusivo, com práticas pedagógicas significativas, com o intuito de desenvolver as potencialidades dos estudantes, independente das deficiências que possuem.

O(a) professor(a) de Ensino Religioso, por lidar com questão de diversidade religiosa, se depara com o importante objetivo de visibilizar todos os(as) alunos(as), dando voz e vez. Os(as) alunos(as) que fazem parte de pequenos grupos religiosos também são excluído e segregados, vivenciando essa situação de vulnerabilidade na escola. Requerendo uma atenção diferenciada no sentido de garantia dos seus direitos, pois muitas vezes a escola pleiteia um ambiente homogêneo a todos os envolvidos, desconsiderando as limitações individuais existente. Na realidade, o que deve ser propagado são os direitos igualitários que todos possuem. Todos são diferentes e necessitam ser respeitados em suas individualidades, considerando que os componentes de um processo de homogeneização são sempre conduzidos por quem faz parte da classe dominante da sociedade, que constroem crenças e ideologias estabelecendo parâmetros de normalidade que excluem, silenciam e rejeitam quem estiver fora dos limites determinados pelos que detêm o poder.

Na escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon, os(as) professores(as) de Ensino Religioso possuem formação específica na área, mas os dados demonstram que não há especificidades no processo de formação quando é voltado para a área da inclusão.

Sérgio Rogério Azevedo Junqueira e Remí Klein constataram em seus estudos aspectos referentes à formação dos(as) professores(as) de Ensino Religioso que necessitam de um olhar crítico. Eles observaram que há ofertas de especialização, extensão e cursos livres para complementar a formação dos(as) professores(as) de Ensino Religioso. Entretanto, é a graduação que qualifica o docente para o exercício na educação básica.

A especialização ou pós-graduação lato sensu tem duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, nestas são computadas o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente, e reservado, obrigatoriamente, para elaboração de monografia ou trabalho de conclusão de curso. Enquanto os cursos de pós-graduação lato sensu a distância só poderão ser oferecidos por instituições credenciadas pela união, conforme o disposto no 1º do artigo 80 da lei 9394/96, sendo que deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso³⁸.

A formação continuada em Educação Inclusiva permite que o docente do Ensino Religioso obtenha conhecimentos detalhados voltados para o trabalho com os(as) alunos(as) com deficiência, auxiliando gradualmente na crença de promover uma educação igualitária real, onde os(as) alunos(as) possam ser compreendidos em suas singularidades e proporcionados com práticas pedagógicas e recursos capazes de desenvolver suas potencialidades.

Ao questionar os(as) professores(as) sobre as formações continuadas oferecidas pela Secretaria de Educação da prefeitura de Vila Velha, segundo o professor, Ailton Santos Ferreira: “As formações são ótimas, os assuntos são pertinentes dão oportunidade de conhecer diversos tipos de manifestações religiosas. Nos encontros, também oportunizam passeios para conhecer de perto a vivência e a cultura religiosa de diversos grupos. Mas o assunto inclusão não é abordado”. (professor Ailton; trabalha a 15 anos na Rede de Vila Velha, como professor de Ensino Religioso).

Essa fala confirma que os(as) professores(as) tem experiência para elaborar estratégias de ensino e planos pedagógicos eficazes para a construção do saber sobre os fundamentos, costumes e valores das diferentes religiões, porém mostra a falta de informação e de preparo para lidar com os alunos com deficiência.

³⁸ KLEIN, Remí; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *Aspectos referentes à formação de professores de ensino religioso*. Revista Diálogo Educacional, v.8, n 23, p. 226, 2008.

Em uma análise realizada por Junqueira e Klein, observaram que o tempo de atuação e as experiências como profissional do Ensino Religioso ajudaram a subsidiar os(as) alunos(as), a despertarem e desenvolverem a religiosidade presente em cada indivíduo: buscando critérios éticos capazes de agir a partir de uma atitude dialógica e de menções ao processo de relação e aproximação com as diferentes expressões religiosas. Sendo indispensável e fundamental que o(a) professor(a) do Ensino Religioso tenha formação específica que qualifique e habilite essa área do conhecimento.

A sistematização da fé normatiza o modo de vida de um grupo religioso. Enquanto que as pesquisas e sistematizações no campo pedagógico do Ensino Religioso e das ciências da religião são mais abrangentes, pois, esta área se interessa por tudo aquilo que os seres humanos creem como suas manifestações, ações, instituições, rituais e tudo o que tem a ver com o universo religioso.³⁹

Todas as alternativas e caminhos da legislação quanto a formação inicial e continuada dos docentes de Ensino Religioso, dos diferentes sistemas estadual e nacional de ensino, citado nessa abordagem são importantes, legítimos, necessário e válidos, porém, a única via que habilita o(a) professor(a) de Ensino Religioso a trabalhar com a inclusão é a formação continuada voltada para esse assunto, e isso precisamos e queremos reivindicar junto ao sistema de ensino, assegurando aos(as) alunos(as) de nossas escolas igualdade de condições e de aprendizagem.

A formação continuada em Educação Inclusiva possibilita o(a) professor(a) de Ensino Religioso buscar o conhecimento a respeito das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência, com as práticas de direitos baseados por uma série de leis existentes no Brasil. Para que haja um compromisso definitivo em cumprir o que estabelece na LDB (Lei Diretrizes de Bases), trazendo uma proximidade entre o real e o legal.

Dessa forma, entendemos que a escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon, tendo como objetivo a proposta de uma Educação Inclusiva baseada nas diretrizes vigentes, com o propósito de igualdade e respeito a todos, independentemente se há deficiência ou não, está sempre aberta a diversidade e ao acolhimento, buscando aperfeiçoamento em suas práticas a cada dia. Tendo em vista que a proposta da Educação Inclusiva é o atendimento em classes regulares nessa instituição, ou seja, sua adaptação para receber os(as) alunos(as) com as mais diversas realidades. Nesse aspecto, surgem as observações desse contexto, por entender que a

³⁹ KLEIN, Remí; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *Aspectos referentes à formação de professores de ensino religioso*. Revista Diálogo Educacional, v.8, n 23, p. 22, 2008.

inclusão será consolidada a partir de mudanças de paradigmas que exige reflexão, ação, adaptação de espaços, políticas públicas e formação docente.

A escola é concebida como local de aprendizagem onde o conhecimento e os saberes são organizados para trabalhar os indivíduos para a vida em sociedade. Nesse ponto, a escola também é lugar de disputa ideológica e política, como tal destacamos a realidade da escola pesquisada. Tendo em vista que na escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon tem como objetivo o acolhimento de estudantes com diversas características, assim como aqueles que constituem o grupo público alvo da Educação Especial.

Mantoan (2003, p. 43) defende o paradigma da inclusão quando afirma que “Se nossa meta é trabalhar em favor da Educação Inclusiva, nossas concepções de aprendizagem e de ensino deve ser revisada”. A forma de idealizar a escola em um ambiente inclusivo é ter a consciência de adoções práticas de ações educativas e um novo olhar teórico que objetive, sobretudo, o ensino-aprendizagem de todos os(as) alunos(as) sem distinção. Em uma escola inclusiva, não se separa maus e bons estudantes, deficientes e não deficientes. Antes, há uma reflexão em se pensar em práticas pedagógicas que busque as necessidades educativas de cada um e o respeito as diferenças. Esse tipo de prática é que buscamos para UMEF Senador João de Medeiros Calmon para que realmente seja trabalhada a inclusão verdadeira nessa instituição. Segundo Mantoan, para que a escola seja inclusiva:

A inclusão escolar leva em consideração a pluralidade das culturas, a complexidade das redes de interações humanas. Ela não está limitada á inserção de alunos com deficiências, nas redes regulares de ensino, pois beneficia todos os alunos, com ou sem deficiência, que são excluídos das escolas comuns e denuncia o caráter igualmente excludente do ensino tradicional ministrado nas salas de aulas do ensino regular, motivando um profundo redimensionamento nos processos de ensino e de aprendizagem.⁴⁰

Essa referência da inclusão, além de trabalhar a diversidade, busca uma adequação desse ambiente para receber diferentes públicos que irão ter suas habilidades e capacidades consideradas em seu processo de aprendizagem. Considerando que para a efetivação de uma escola inclusiva, o tradicionalismo disfarçado que ainda faz parte da realidade das nossas escolas deve ser erradicado. Mantoan (2003), considera que o(a) professor(a) que ensina a turma toda não tem o copiar, falar e o ditar como recursos didático- pedagógicos básicos. Antes,

⁴⁰ MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003. p. 42-43.

a ele é manifestado novas formas de oportunizar e ensinar a aprendizagem. A partir dessa consideração, conseguimos compreender a importância de debater sobre a formação de professores(as) em perspectivas inclusivas.

Considerando o que é estabelecido nas escolas por meio da Base Nacional Comum Curricular. 2017,⁴¹ a política curricular da escola pesquisada é voltada para a Política Curricular Nacional, no intuito de organizar a necessidade da educação brasileira, elaborar e reelaborar seu currículo, auxiliando na elaboração do Projeto Político Pedagógico dessa instituição, no sentido de refletir as necessidades, as potencialidades e os interesses dos alunos, organizando o trabalho pedagógico de forma que promova a equidade e o reconhecimento das diferentes necessidades dos(as) alunos(as) no cotidiano escolar, portanto considerando que as práticas pedagógicas precisam ser repensadas para que promovam inclusão para todos.

Diante da realidade em realizar um planejamento com objetivo voltado para a equidade e o compromisso em eliminar situações desrespeitosas ainda existente no ambiente escolar e o trabalho com as práticas inclusivas neste ambiente, problematizando a vivência da UMEF Senador João de Medeiros Calmon. Em sua realidade, os(as) professores(as) de Ensino Religioso são graduados, conhecedores de suas práticas em relação à atuação como docente dessa disciplina, mas despreparados para promover práticas educativas inclusivas, por não terem uma preparação inicial e nem continuada voltada para inclusão.

É importante considerar que na BNCC faz menção a uma educação indispensável para a pessoa com deficiência, comprovada mediante as legislações citadas e consideradas no decorrer dela. Por tanto a BNCC nos provoca um olhar para o contexto existente, para entender de maneira mais detalhada a emergência de organizar, pensar e promover uma educação comprometida com o processo de inclusão.

Isso exige um novo olhar para a realidade da escola UMEF Senado João de Medeiros Calmon com a intenção de buscar mudanças e possibilidades de debates voltados para as práticas e princípios de um processo de inclusão social que assegura o acesso a diversidade humana, considerando a relação entre o educar e o cuidado que necessita existir nos processos educativos, de maneira a contribuir com o desenvolvimento pleno do ser humano, independentemente de suas especificidades. Sendo assim, é preciso pensar em uma educação que acolhe, cuida e busca incluir todos(as) os(as) alunos(as), compreendendo a presença de um paradigma voltado para os direitos humanos, que abrange a igualdade e as diferenças com princípios indissociáveis, o que se associa com a ideia de equidade. Portanto, as Diretrizes

⁴¹ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018

Curriculares Nacionais da Educação básica (DCN- 2009), ressalta que a educação para os(as) alunos(as) com deficiência devem seguir pelos princípios políticos, estéticos e éticos, assegurando:

I – A dignidade humana e a observância do direito de cada estudante de realizar seus projetos e estudo, de trabalho e de inserção na vida social, com autonomia e independência.

II – A busca da identidade própria de cada estudante, o reconhecimento e a valorização das diferenças e potencialidades, o atendimento às necessidades educacionais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências.

III - O desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos.⁴²

Isso reflete em realizar ações para prover a real inclusão de todos no processo educativo, por meio das práticas do dia a dia do contexto da sala de aula, oportunizando os(as) alunos(as) com deficiência sejam percebidos(as) como seres capazes de construir sua identidade e fazer parte ativamente da sociedade, propiciando seu acesso a meios de construir o conhecimento como forma de assegurar os direitos fundamentais do ser humano para o exercício da cidadania e participação social. Portanto, isso se caracteriza como um desafio que precisa ser dialogado e refletido entre os profissionais da educação, de modo a levá-los a problematização e questionamentos referentes à realidade do contexto educativo atual, na busca por mudanças urgentes e da concretização de uma educação para todos.

⁴² Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, 2009.p.42

3 PERSPECTIVAS DO ENSINO RELIGIOSO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Nesse capítulo, vamos analisar a importância do componente curricular: Ensino Religioso no contexto educacional das instituições de ensino, assim como a importância de criar planos de ensino adaptados voltados para o ensino-aprendizagem sensorial e emocional dos(as) alunos(as) com deficiência da escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon. Encerramos a nossa dissertação com os relatos das aulas práticas desenvolvidas na escola pesquisada com base nos planos de ensinos adaptados. A pesquisa realizada é de punho etnográfico, onde analisamos os comportamentos, os costumes, a rotina da comunidade inserida (alunos(as), professores(as) e responsáveis), o ambiente e o contexto da instituição pesquisada. A partir dessas observações, colhemos dados e relatos para descrever, contextualizar e investigar a problemática apresentada no primeiro capítulo.

3.1 Religião: presente no dia a dia do contexto escolar

Desde o princípio da vida no mundo, o homem procura entender a sua existência, buscando meios para decifrar tamanho mistério. As ciências humanas estão sempre em investigação sobre os diversos sistemas religiosos que a religião se mostra aos olhos da humanidade. A religião é um instrumento sociocultural que condiciona a forma de atuação e organização social, afetando explicitamente as opções individuais e contribuindo de forma decisiva na construção sociocultural dos valores da sociedade.

Para Rudolf Otto, o significado do sagrado na religião já se mostra esquematizado em conceito racionais como divino ou santo. No entanto, essas definições são apenas atributos de algo que é originalmente irracional, uma vez que a vivência da religião possui características que jamais poderá ser compreendido pela razão. A religião é a base sociocultural e fundamental que normatiza os modos de organização sociedade atual, afetando explicitamente as opções individuais como origem incondicional de valores e contribui de forma decisiva na construção de aspectos socioculturais mais extenso. Em seu livro “O Sagrado (1917)⁴³, Otto argumenta a natureza do sagrado e sua ligação com o pensamento religioso. Ele defende que o sagrado é algo além da compreensão humana e pode ser baseado em diferentes culturas religiosas.

Ao analisarmos o contexto do Ensino Religioso na escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon, a concepção de Otto torna-se útil para compreender a importância da

⁴³ OTTO, Rudolf. *O Sagrado*. São Leopoldo, RS: Sinodal/EST; Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2007. p. 224.

diversidade religiosa e a necessidade de discutir o tema com respeito as diferentes perspectivas. Além disso, Otto evidencia a importância da experiência religiosa pessoal no entendimento do sagrado e da religião, o que pode ser trabalhado no contexto educacional por meio de práticas de reflexão e discussão.

É importante ressaltar que a abordagem de Otto é uma visão fenomenológica que se centraliza na experiência individual do sagrado. Isso pode delimitar a compreensão da dimensão histórica e social da religião e pode ser insuficiente para uma análise crítica e contextualizada do Ensino Religioso na escola. Por outro lado, a compreensão de Otto torna-se útil para promover uma aproximação interdisciplinar no Ensino Religioso, que harmonize a experiência religiosa pessoal com a compreensão sociológica, histórica e antropológica da religião. Isso ajuda a desenvolver um entendimento mais crítico e completo em relação a religião e promover o respeito mútuo e a tolerância em um mundo cada vez mais desigual.

3.2 O parâmetro Ciências da Religião nas escolas

Enquanto o modelo teológico e catequético busca oferecer aos cidadãos o direito de ter uma educação religiosa baseado na sua confissão religiosa, o modelo da Ciência da Religião reconhece a religião e a religiosidade como dados socioculturais e antropológicos, que devem ser discutidos no conjunto das demais disciplinas escolares, considerando as questões pedagógicas e cognitivas, garantindo especialmente ao Ensino Religioso autonomia pedagógica e epistemológica. Ao compreender a observância da Ciência da Religião como uma área de conhecimento com uma epistemologia própria, baseada na concepção de que os pilares da religiosidade são mais uma forma de discutir a existência humana e analisar os elementos específicos e comum às diversas religiões, caracterizando assim o fenômeno religioso em múltiplas expressões. Refere-se o fenômeno religioso a uma ciência arquitetada em seus métodos e princípios, baseada na tradição das ciências modernas. A formação oferecida pela Ciência da Religião tem o objetivo de superar o proselitismo tradicionalmente atribuído ao Ensino Religioso, pelo compromisso da rigidez teórica-metodológica e pelo avanço do simplismo forjado no âmbito de outros componentes curriculares cujo o objetivo é outro que difere da religião. Dentro do âmbito legal, a Lei n. 9.475, de julho de 1997, que abriu caminho para a afirmação pedagógica e epistêmica do Ensino Religioso. Junqueira e Rocha analisam a Lei n. 9.475/97 dos seguintes parâmetros:

O ponto de partida é o fenômeno religioso presente na sociedade, com a abertura do homem no sentido fundamental de sua existência, seja qual for o modo como seja percebido este sentido. Este estudo tem como referenciais todas as ciências humanas conjugadas com a fenomenologia religiosa, a antropologia religiosa e outras. Este modelo compreende o Ensino Religioso como um componente curricular contribuindo na formação do cidadão, que, vivendo em uma sociedade pluralista, necessita saber dialogar nela e com ela.⁴⁴

O modelo científico das Ciências da Religião nas escolas nos remete a um paradigma de Ensino Religioso vedado de qualquer forma de proselitismo, seguindo as orientações da Lei 9.475/ 97 no que diz respeito à diversidade religiosa e cultural no Brasil. Qualquer ciência ensinada nas escolas tem finalidades pedagógicas e, portanto, crenças enraizadas nas suas programações. A educação não pode ser baseada por métodos e princípios neutros, mas sim voltada para valores a serem compreendidos por todos envolvidos. Contudo, existem várias dificuldades encontradas nesse caminho, como a definição do plano de ensino, a formação para os docentes, e os questionamentos sobre a aprendizagem do Ensino Religioso e sua aproximação ao fenômeno religioso, entre outras dificuldades. O Ensino Religioso condiz com uma atividade que contém intencionalidade educativa, que requer a importância do conhecimento da religião para a vida social e ética dos educandos, pois educar alguém é transmitir valores e conhecimentos.

Segundo Otto⁴⁵, a educação é um caminho valioso e sagrado. Ele define a educação como um processo que abre oportunidade para o conhecimento, desenvolvimento pessoal e social que transforma a vida. Para ele, é um caminho que permite os(as) alunos(as) descobrirem suas capacidades, conhecer o mundo ao seu redor e se tornarem pessoas engajadas, informadas e críticas. Uma de suas importantes contribuições para a educação é a sua teoria do numinoso, que traz como referência a experiência única do sagrado, como algo completamente diferente e separado do mundo comum. Otto explicou que essa teoria é uma experiência que não tem como ser explicada em termos científicos e racionais, mas é de grande importância para a espiritualidade e religião. No paradigma educacional, significa que a educação deve considerar a dimensão espiritual da vida de cada indivíduo e respeitar as diferentes crenças filosóficas e religiosas dos estudantes. A teoria do numinoso de Otto também instiga que a educação deve

⁴⁴ JUNQUEIRA, Sérgio; Rocha, Terezinha Sueli. *Identidade do Ensino religioso no espaço escolar. Fragmentos de cultura*, v.27, n.4, p.596-605,2017.

⁴⁵ OTTO, Rudolf. *O Sagrado*. São Leopoldo, RS: Sinodal/EST; Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2007. p. 224.

ser além das habilidades e do ensino de fatos, tendo o dever de ajudar os(as) alunos(as) a buscar questões mais profundas sobre o significado da ética, moralidade e vida.

A implementação de planos de ensinios adaptados que promovam práticas inclusivas para o Ensino Religioso na escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon estabelece uma relação de aprendizagem que garante a esse componente curricular um acesso diverso e plural, onde todos se envolvam como parte do processo, destacando a importância de os(as) aluno(as) compreenderem a pluralidade e diversidade religiosa no processo inclusivo. Esse entendimento não deve ser encarado como um mero passatempo ou uma obrigação, mas sim como um complemento da legislação educacional municipal e nacional.

É compreendido que as práticas educacionais inclusivas são importantes para instituir vínculos e assegurar o papel da escola em educar e incluir, mas para que a inclusão aconteça é necessário ter cuidados. Não basta apenas implementá-la de maneira estrutural e esperar colher frutos almejando o melhor. Não se trata somente de uma prática de um(a) professor(a) específico ou de um(a) aluno(a) individualmente, mas sim de um esforço conjunto, colaborativo e consciente de todos os envolvidos para alcançar objetivos comuns de fortalecimento de uma comunidade inclusiva vibrante.

Para atingir esses objetivos, é necessário um trabalho compartilhado que avalia o quão ativamente a sociedade inclusiva adota e busca novos conhecimentos e práticas inovadoras. Otto argumenta que a consciência religiosa é uma forma de conhecimento racional e científico, caracterizado como uma intuição que as pessoas se conectam com o divino.

É justamente a detenção de conhecimentos sobre a Educação Inclusiva que permitirá o(a) professor(a) de Ensino Religioso atuar como agente facilitador na escola, trabalhando com uma prática pedagógica mais eficaz para facilitar e propiciar atitudes colaborativas com os demais profissionais de ensino, visando oferecer uma educação verdadeiramente inclusiva, na qual o(a) aluno(a) com deficiência não é julgado como aluno(a) problema, mas com igualdade de direitos como qualquer outro possui.

Ao pensarmos em aulas mais dinâmicas, que aborde a inclusão, precisamos analisar um novo modelo de práticas educacionais e um novo olhar para a escola pautado na diversidade, com uma nova direção para a formação docente. Isso requer professores(as) preparados(as) para atuarem nessa pauta, desenvolvendo práticas pedagógicas que considerem diferentes maneiras de aprender e ensinar, ao contrário da cultura escolar vigente hoje e historicamente seletiva e excludente.

As propostas dos currículos inclusivos apresentados para a escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon, ao serem adotadas pelos(as) professores(as) do Ensino Religioso,

demonstram que os direitos dos alunos só serão cumpridos se houver mudanças de hábitos em toda a comunidade escolar. Considerando a importância do papel do(a) professor(a) no desenvolvimento e na formação dos(as) alunos(as), os métodos inclusivos não podem deixar de existir na escola, se realmente o objetivo é a inclusão.

3.3 Novos significados ao currículo escolar com práticas baseadas no contexto inclusivo

O ideal político para se construir objetivos capazes de atingir a todos foi o que conduziu a necessidade da inclusão. Mesmo sendo um movimento recente, o conhecimento das diversidades que se apresentam em cada sujeito a ser incluído torna-se essencial nesse processo. Ainda no Brasil, a inclusão dos(as) alunos(as) com deficiência enfrenta muitos obstáculos. Ao pensarmos em um ensino-aprendizagem para todos com menos ênfase no cognitivo e mais tempo e espaço à experiência no Ensino Religioso é necessário deixar para trás a abordagem do ensino tradicional e adotar um currículo mais centrado no(a) aluno(a) e nas suas vivências. Ao analisarmos o contexto na sala de aula da escola UMEF Senador João Medeiro de Calmon, vemos a necessidade de criar planos de ensino mais emocionais e sensoriais voltados para o Ensino Religioso, abordando o conjunto de conhecimentos educacionais e a atuação curricular na concretização de objetivos voltado para inclusão no contexto escolar.

Verifica-se o quão essencial é para a instituição pesquisada ter planos de ensino desenvolvido democraticamente e coletivamente, envolvido de valores, de respeito à diversidade e em uma educação estruturada e concreta que dê significado ao ambiente formal. O objetivo desses planos adaptados é desenvolver uma reflexão e análise acerca da função socializadora do currículo inclusivo, onde muitas vezes a escola não flexibiliza os conteúdos, isto é, não valoriza a construção histórica cultural, educacional e social dos(as) alunos(as). A instituição deve ser mais expressiva e ter novas significações, tornando-se cada vez mais capacitada para construir em seu cotidiano ações afetivas que favoreça uma ampla leitura do mundo aberto aos seus educandos e aprendentes, reconstruindo métodos e processos, revendo suas práticas, buscando o ser integral, onde as diferenças são respeitadas e compreendidas em uma visão participativa que fomente a compreensão das partes para que todos possam alcançar o conhecimento em múltiplas e complexas dimensões.

Outro ponto a ser considerado é a elaboração de atividades em conjunto entre os(as) professores(as) de área com os(as) professores(as) de Educação Especial, visando proporcionar experiências e conhecimentos diferentes, estabelecendo condições de um novo repertório, sendo uma possível alternativa para lidar com assuntos relacionados à inclusão. Isso pode levar

ao processo de avaliação, estabelecendo objetivos a serem atingidos cuidadosamente em um determinado tempo, considerando as características individuais de cada aluno(a) e de sua turma, pautando-se na legislação atual das diretrizes curriculares.

Ao analisarmos as condições de inclusão no ensino regular, observamos a necessidade de implementar ações que ofereçam um espaço mais inclusivo no Ensino Fundamental dos anos finais para os(as) alunos(as) com deficiência, carregado de valores, respeito à diversidade e de uma educação estruturada e concreta que dê significado ao ambiente formal da instituição.

O objetivo dos planos de ensino adaptados é desenvolver reflexão e análise acerca da função socializadora do currículo inclusivo. Muitas vezes, as escolas não se dispõem a flexibilizar o currículo, o que também é a realidade da UMEF Senador João de Medeiros Calmon. Por mais que tente ter um ensino inclusivo, observamos a dificuldade em lidar com o ensino-aprendizagem dos(as) alunos(as) com deficiência, o que implica a não valorizar a construção histórica cultural, educacional e social dos(as) alunos(as). Durante uma conversa informal na sala de planejamento com os professores Ailton e Josenilton, que lecionam a disciplina de Ensino Religioso, sobre a oferta de atendimento educacional especializado praticado na escola pesquisada, expressaram o desejo de participar mais da elaboração, das práticas das atividades adaptadas para os(as) alunos(as) com deficiência. Eles também expuseram o interesse de se envolver mais com a temática.

Um dos pontos mais destacado pelos dois professores é a necessidade de realizar planejamento quinzenal coletivo com o pedagogo(a) e o(a) professor(a) de Educação Especial, algo que ainda não acontece com frequência na UMEF Senador João de Medeiros Calmon, ao contrário do que foi mencionado, não ocorrendo quinzenalmente. Segundo Ana Claudia Moreira Almeida-Verdu et al, entende que seja desafiador para os(as) professores(as) promoverem um ensino de qualidade, um planejamento voltado para as necessidades dos(as) alunos(as) com deficiência sem os recursos necessários para isso, o que compromete o propósito de educar a todos. Entendemos que quando escola dispõe de recursos voltados para o bem estar dos alunos a inclusão se torna possível.

3.4 Planos adaptados de Ensino Religioso de acordo com as demandas apresentadas pela escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon

| |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PLANO DE ENSINO ADAPTADO</p> |
| <p>I - IDENTIFICAÇÃO: Instituição: UMEF SENADOR JOAO DE MEDEIROS CALMON Turma: REGULAR - 6º ANOS (MATUTINO) (2023) Disciplinas: ENSINO RELIGIOSO / EDUCAÇÃO ESPECIAL Professores: JOSENILTON BISPO DOS SANTOS DANILA SIMOURA DALLA BERNARDINA Pedagoga: IZAMARA GOMES DOS SANTOS</p> |
| <p>II - OBJETIVOS: -Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos. -Adotar no cotidiano escolar atitudes baseadas nos valores éticos, de solidariedade, de cooperação, de tolerância e de repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.</p> |
| <p>III - DETALHAMENTO DOS OBJETIVOS: -Reconhecer as tradições religiosas. -Identificar e aplicar os direitos e deveres do cidadão. -Respeitar as diversidades religiosas e perceber o valor de cada uma, descobrindo o sentido que elas dão a vida. -Reconhecer os Patrimônio cultural religioso do município.</p> |
| <p>IV - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS: -Rodas de diálogos -Construção de painéis com vários conceitos de transcendente. -Coleta de ideias sobre Deus por meios de ditos, expressões populares e leituras diversas.</p> |
| <p>V - METODOLOGIA: -Aulas expositivas e roda de conversa. - Pesquisas sobre as diversas tradições religiosas. -Dinâmica em grupos.</p> |
| <p>VI - RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS: -Vídeos. - Internet. - Atividades impressas. - Livros. -Revistas. -Panfletos.</p> |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>VII - AVALIAÇÃO: A avaliação será durante todo o processo com observações diárias dos avanços e dificuldades dos Alunos, considerando o tempo necessário para que todos aprendam.</p> | |
| <p>VIII - BIBLIOGRAFIA: -BNCC (Base Nacional Comum Curricular). - Coleção Ensino Religioso no fundamental. -Coleção Marcha Criança de Ensino Religioso, -Parâmetro Curriculares Nacionais do Ensino Religioso.</p> | |
| <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PLANO DE ENSINO ADAPTADO</p> | |
| <p>I - IDENTIFICAÇÃO: Instituição: UMEF SENADOR JOAO DE MEDEIROS CALMON Turma: REGULAR - 7º ANOS (MATUTINO) (2023) Disciplina: ENSINO RELIGIOSO / EDUCAÇÃO ESPECIAL Professores: JOSENILTON BISPO DOS SANTOS/ DANILA SIMOURA DALLA BERNARDINA Pedagoga: REGYANNE C. FRAGA VALERIO</p> | |
| <p>II - OBJETIVOS: - Respeitar as culturas religiosas, compreendendo-as como patrimônio da Humanidade. -Observar no mundo os sinais que mostram o sentido da vida e adotá-los no seu dia a dia, numa atitude de optar por uma vida cidadã e solidária, na dimensão transcendente. -Adotar no cotidiano escolar atitudes baseadas nos valores éticos, de solidariedade, de cooperação, de tolerância e de repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.</p> | |
| <p>III - DETALHAMENTO DOS OBJETIVOS: -Reconhecer as tradições religiosas. -Respeitar as diversidades religiosas. -Reconhecer o Patrimônio cultural religioso do município.</p> | |
| <p>IV - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS: -Espaço sagrado e espaço profano; -Função do espaço sagrado -Manifestação do sagrado -Diferentes tipos de manifestações religiosas</p> | |
| <p>V - METODOLOGIA: -Aulas expositivas e roda de conversa. - Pesquisas sobre as diversas tradições religiosas. -Dinâmica em grupos. -Vídeo explicativo.</p> | |
| <p>VI - RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS: -Vídeos. -Internet. -Atividades impressas. - Livros.</p> | |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PLANO DE ENSINO ADAPTADO | |
| -Revistas. -Panfletos. | |
| VII - AVALIAÇÃO: -A avaliação será durante todo o processo com observações diárias dos avanços e dificuldades dos Alunos, considerando o tempo necessário para que todos aprendam. | |
| VIII - BIBLIOGRAFIA: -BNCC (Base Nacional Comum Curricular). - Coleção Ensino Religioso no fundamental. -Coleção Marcha Criança de Ensino Religioso, -Parâmetro Curriculares Nacionais do Ensino Religioso. | |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PLANO DE ENSINO ADAPTADO | |
| I - IDENTIFICAÇÃO: Instituição: UMEF SENADOR JOAO DE MEDEIROS CALMON Turma: REGULAR -8º ANOS (MATUTINO) (2023) Disciplina: ENSINO RELIGIOSO / EDUCAÇÃO ESPECIAL Professores: AILTON SANTO FERREIRA/ DANILA SIMOURA DALLA BERNARDINA Pedagoga: REGYANNE C. FRAGA VALERIO | |
| II - OBJETIVOS: -Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos. -Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos. -Respeitar as culturas religiosas, compreendendo-as como patrimônio da humanidade. -Compreender as diferentes tradições religiosas. -Adotar no cotidiano escolar atitudes baseadas nos valores éticos, de solidariedade, de cooperação, de tolerância e de repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito. | |
| III - DETALHAMENTO DOS OBJETIVOS: -Adota a pesquisa e o diálogo como princípios mediadores e articuladores dos processos de observação. - Identificação, análise, apropriação e ressignificação de saberes, visando o desenvolvimento de competências específicas. -Busca problematizar representações sociais preconceituosas sobre o outro, com o intuito de combater a intolerância, a discriminação e a exclusão. | |
| IV - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS: -Manifestação do sagrado | |

| |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> -A autoridade fundamentada do discurso religioso. -O sistema de valores e atitudes. -Respeito a diversidade religiosa. |
| V - METODOLOGIA: <ul style="list-style-type: none"> - Aulas expositivas e roda de conversa. - Pesquisas sobre as diversas tradições religiosas. - Dinâmica em grupos. - Vídeos explicativos. |
| VI - RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS: <ul style="list-style-type: none"> -Vídeos. -Internet. -Atividades impressas. - Livros. -Revistas. -Panfletos. |
| VII - AVALIAÇÃO: <p>-A avaliação será durante todo o processo com observações diárias dos avanços e dificuldades dos Alunos, considerando o tempo necessário para que todos aprendam.</p> |
| VIII - BIBLIOGRAFIA: <ul style="list-style-type: none"> -BNCC (Base Nacional Comum Curricular). - Coleção Ensino Religioso no fundamental. - Coleção Marcha Criança de Ensino Religioso, - Parâmetro Curriculares Nacionais do Ensino Religioso. |

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 PLANO DE ENSINO ADAPTADO

I - IDENTIFICAÇÃO:

Instituição: UMEF SENADOR JOAO DE MEDEIROS CALMON

Turma: REGULAR - 9 ANOS (MATUTINO) (2023)

Disciplina: ENSINO RELIGIOSO / EDUCAÇÃO ESPECIAL

Professores: AILTON SANTO FERREIRA/ DANILA SIMOURA DALLA BERNARDINA

Pedagoga: IZAMARA GOMES DOS SANTOS

II - OBJETIVOS:

- Respeitar as culturas religiosas.
- Compreender que as tradições religiosas, são expressões parciais de uma única realidade a procura pelo infinito.
- Princípios norteadores do comportamento ético individual e das tradições religiosas.
- Adotar no cotidiano escolar atitudes baseadas nos valores éticos, de solidariedade, de cooperação, de tolerância e de repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>mesmo respeito.</p> <p>-Observar no mundo os sinais que mostram o sentido da vida e adotá-los no seu dia a dia, numa atitude de optar por uma vida cidadã e solidária, na dimensão transcendente.</p> | |
| <p>III - DETALHAMENTO DOS OBJETIVOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Analisar princípios das diversas tradições religiosas e filosofias de vida. -Discutir as diferentes maneiras de crer. -Confrontar o relativismo com ideias de verdades universais. -Discutir a visão entre razão e fé. -Discutir a compatibilidade do mito e da religião com a ciência, -Abrir questionamento sobre os temas criacionismo e evolucionismo. -Discutir as diferentes concepções de Deus e o ateísmo. -Discutir o sentido da vida. -Discutir a violência, empatia e a falta de amor no mundo atual. -Introduzir algumas visões sobre a morte do ponto de vista das religiões e Filosofia. -Analisar princípios e orientações para o cuidado da vida e nas diversas tradições religiosas e filosofias de vida. -Discutir as diferentes expressões de valorização e de desrespeito à vida por meio da análise de matérias nas diferentes mídias. | |
| <p>IV - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> -As concepções de história das tradições religiosas. -Cultura da paz. -Cuidado com o meio ambiente, | |
| <p>V - METODOLOGIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aulas expositivas e roda de conversa. - Pesquisas sobre as diversas tradições religiosas. - Dinâmica em grupos. - Vídeos explicativos. | |
| <p>VI - RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Vídeos. -Internet. -Atividades impressas. - Livros. -Revistas. -Panfletos. | |
| <p>VII - AVALIAÇÃO:</p> <p>-A avaliação será durante todo o processo com observações diárias dos avanços e dificuldades dos Alunos, considerando o tempo necessário para que todos aprendam.</p> | |
| <p>VIII - BIBLIOGRAFIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> -BNCC (Base Nacional Comum Curricular). - Coleção Ensino Religioso no fundamental. -Coleção Marcha Criança de Ensino Religioso, -Parâmetro Curriculares Nacionais do Ensino Religioso. | |

As propostas curriculares apresentadas acima foram desenvolvidas considerando a realidade da UMEF Senador João de Medeiros Calmon. Sabemos que nem sempre vamos conseguir que todos aprendam o mesmo conteúdo da mesma forma e no mesmo tempo. Na teoria é possível; entretanto, na prática é basicamente impossível de ser realizado.

Inclusão não é todos os(as) alunos(as) fazendo as mesmas coisas ao mesmo tempo, mas sim respeitando a forma de aprender e o momento de cada um. Inclusão significa todos convivendo e aprendendo juntos, mesmo em tempos diferentes, com formatos distintos e adaptações curriculares. A adaptação do currículo não é uma forma de segregação ou exclusão; longe disso, é criar a oportunidade do(da) aluno(a) aprender, mesmo que seja de um método diferente dos demais.

Tanto a adaptação curricular e a adaptação de atividades exigem atitudes inclusivas e estratégia de observação contínua dos(as) alunos(as), com a colaboração de todos os profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, definindo objetivos adequado para cada um que demande um olhar diferenciado. Essa adaptação pode ser realizada nas mesmas aulas, abordando os mesmos conteúdos, porém de forma diferente em tempos diferente. As propostas dos planos de ensino adaptados apresentado acima respeita que os(as) alunos(as) não são iguais, sendo impossível compará-los, e o seu conhecimento não pode ser medido em conjunto. Adaptar é incluir, quanto mais adaptações são aplicadas, mas possibilidade se cria para o(a) aluno(a) aprender.

Desde 1996 a Lei de diretrizes de base em seu artigo 49 estabelece que:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.⁴⁶

Ao adaptar os planos de aula do Ensino Religioso, é possível incluir diferentes tradições religiosas, proporcionando aos estudantes um conhecimento mais abrangente sobre as diversas religiões praticadas no mundo. Isso contribui para a formação de cidadãos mais consciente e respeitosos, capazes de compreender a pluralidade de diferenças, ideias e valores presente na sociedade. Além disso, a adaptação curricular da disciplina de Ensino Religioso permite que os estudantes tenham oportunidade de refletir sobre questões éticas, morais e existenciais, promovendo o desenvolvimento de habilidades de pensamento reflexivo e crítico. Eles são

⁴⁶ Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96). Brasília: 1996.

incentivados a buscar, investigar diferentes perspectivas e formar suas próprias opiniões fundamentadas. A adaptação curricular do Ensino Religioso é de extrema importância, pois reconhece a diversidade religiosa e cultural presente na sociedade. Esse tipo de adaptação permite que todos os estudantes possam respeitar e compreender diferentes crenças, promovendo a tolerância religiosa, o respeito e a convivência harmoniosa entre os indivíduos.

Através da adaptação curricular, o Ensino Religioso pode se tornar um espaço de diálogo inter-religioso e intercultural, onde os estudantes têm a oportunidade de compartilhar suas experiências, aprender com os outros e construir pontes de entendimento. Essa abordagem inclusiva contribui para a construção de uma sociedade mais justa, plural e igualitária, evitando qualquer tipo de imposição de crença ou proselitismo religioso. Ao garantir uma abordagem informativa e parcial, os estudantes têm a liberdade de escolher suas próprias convicções religiosas ou até mesmo a opção de não seguir nenhuma religião.

3.5 Um novo olhar a partir dos planos de ensino adaptados

A execução dos planos de ensino adaptados que englobam os (as) alunos (as) com deficiência e os demais alunos da escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon, fez-nos refletir, verificar e compreender as defasagens educacionais referente a inclusão existente nessa instituição.

Observou-se que quando o ensino contempla todos os(as) alunos(as) e tem a participação da equipe escolar, oportuniza pontos significativos na concretização e ampliação de saberes construtivos, contribuindo para uma aprendizagem ativa, crítica, reflexiva e estruturada nos diversos contextos sociais. Os planos de ensino adaptados propostos resultaram em investigação, análise, interesse e reflexão crítica sobre o currículo. Foram meses de investigações, de pesquisa ativa e compreensão das ideias de pesquisadores que aprofundaram o estudo sobre o Ensino Religioso e inclusão, com o intuito de verificar quais conhecimentos e soluções podem obtidos para desenvolver uma consciência mais abrangente e sólida sobre a importância do currículo adaptado no contexto educacional.

Verificou-se a abrangência e a importância da análise da vida social, educacional e cultural dos discentes em processo de ensino-aprendizagem, assim como na construção de conhecimentos críticos, sólidos, fluentes e reflexivos para interpretar a sociedade. Segundo apresentado na Lei Nº 13.146, 6 de julho de 2015, a escola deve se adaptar ao estudante, garantindo um projeto pedagógico para o atendimento educacional especializado que assegure às necessidades e características individuais de cada aluno(a), para que o estudante com

deficiência tenha acesso ao currículo escolar em condições de igualdade como os demais. Em seu artigo 28, inciso III, fica assegurado que a escola tem o dever de:

- Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:
- I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
 - II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
 - III - Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.⁴⁷

Com base na realidade apresentada pela escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon, houve resistência por parte do corpo docente que ministra o componente curricular Ensino Religioso para executar as propostas dos planos de ensino adaptados. Em alguns momentos, notava-se o desânimo, por considerarem muito trabalho para executar, pois não tinham certeza que receberiam todo o apoio pedagógico que era necessário. Também levantaram questões como: se os(as) alunos(as) iriam se envolver na temática, se as aulas teriam bom rendimento, como seria a colaboração do corpo docente e administrativo da instituição.

Com muito diálogo nos horários de planejamento e também nos horários dos intervalos, as propostas foram tomando forma e saindo do papel. Todo esse processo requereu muita conversa, observações e análises das possibilidades que o ambiente escolar poderia nos oferecer e o contexto que os(as) alunos(as) estavam inseridos(as). Os planejamentos pedagógicos, com os(as) professores(as), foram um dos maiores desafios, pois não se conseguia planejar com todos os(as) professores(as) de Ensino Religioso, Educação Especial e as pedagogas para alinhar as sugestões, traçar objetivos e metas de aprendizagem. Pelo fato de a instituição pesquisada ter muitas turmas, sempre surgia uma demanda ao longo do dia para o pedagógico precisava resolver de imediato, visto que os planejamentos ficavam para outro momento, sempre postergando esse tempo tão importante de diálogos sobre inclusão e estudos, entretanto com muita persistência conseguimos estabelecer um horário durante a semana para amadurecer a ideia, compartilhar as observações feitas em sala, falarmos sobre os(as) alunos(as) e suas individualidades e assim conseguimos traçar as metas desse projeto, seus objetivos e analisar

⁴⁷ Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Artigo 28, inciso III.

as propostas que estavam sendo apresentadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa para trabalhar com todos os(as) alunos(as), mudando o contexto vigente nas aulas de Ensino Religioso dos anos anteriores.

Durante seis meses após as observações, coletas de dados e os registros feitos sobre a instituição pesquisada, eu juntamente com os professores de Ensino Religioso: professor Ailton Santos Ferreira, professor Josenilton Bispo Santos e a pedagoga Izamara Gomes dos Santos, nos reunimos por diversas vezes conversamos e amadurecemos uma proposta diferenciada de inclusão para a escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon. Durante as segundas-feiras, nos reuníamos para então planejar. Escolhemos esse dia, pois é o dia de planejamento dos(as) professores(as) da área de linguagem, que também contempla a disciplina de Ensino Religioso. Como os professores Ailton e Josenilton não estão em sala de aula nesse dia, foi mais tranquilo para dialogarmos. Alguns desses encontros tiveram a presença da pedagoga Izamara que é responsável pelas turmas do 6º e 9º ano. Ela não pôde se reunir semanalmente devido a demanda da instituição, mas participou de maneira significativa nos momentos que pôde. A pedagoga Regyanne Fraga Valério não participou da elaboração dos planos de ensino adaptados, pois não trabalhava na instituição na época da elaboração dos materiais adaptados. Porém no momento em que assumiu o cargo, teve conhecimento dessa proposta.

Nos planejamentos colaborativos, elaboramos as propostas de adaptação dos planos de ensinamentos, considerando a especificidade de cada aluno(a), observando suas demandas e o nível de dificuldade que cada um enfrenta nas aulas de Ensino Religioso. Um ponto essencial considerado foi o nível de interesse de cada um. A escola pesquisada tem um público diversificado de alunos(as) alvo da Educação Especial com diferentes realidades. Temos alunos(as) muito bem assistidos pelas famílias, que recebem tratamentos médicos, tomam medicamentos e têm o acompanhamento das famílias na escola. Por outro lado, também temos outra realidade de alunos(as), os(as) que não são assistidos pelas famílias e não tem um acompanhamento médico adequado. Consideramos a realidade e as demandas de cada aluno(a) nos momentos das adaptações. Com os registros e as observações prévias, conseguimos reconhecer o potencial, o ritmo, os valores e as motivações de cada um. Partindo dessa realidade, fizemos as adaptações de acordo com as demandas apresentadas na instituição pesquisada.

Assim que concluímos os planos de ensinamentos adaptados, partimos para a prática em sala de aula. No decorrer da aplicação dos planos, as aulas foram bem tranquilas. Nos surpreendemos, pois, em nenhum momento, houve resistência por parte dos(as) alunos(as).

Todas as atividades propostas foram planejadas e modificadas para atender a todos(as) em suas necessidades individuais e coletiva. Analisamos várias maneiras para que as atividades do Ensino Religioso fossem adaptadas qualitativamente com a diversificação dos recursos e materiais didáticos variados. Utilizamos vídeos, textos, imagens, arte e músicas, para atender as diferentes formas de aprendizagem dos(as) alunos(as). A adaptação envolveu seleção de materiais culturalmente significativos e relevantes para os(as) alunos(as), tornando o Ensino Religioso mais acessível e envolvente.

As modificações dos planos de ensinos propuseram atividades ajustadas para atender as necessidades dos(as) alunos(as) com deficiência, seguindo as orientações estabelecidas na BNCC⁴⁸. Inicialmente, aplicamos os planos de ensino adaptados para as turmas dos 6º anos. Um aluno público alvo da Educação Especial, que estuda na instituição na sala do 6º ano C, e possui deficiência intelectual, tem dificuldade de leitura. Planejamos trabalhar com ele textos adaptados, opções com imagens, áudios e disponibilizamos ajuda constante em todas as aulas de Ensino Religioso. Seu desenvolvimento nessas aulas foi excelente. Houve interesse e participação por parte do aluno, mudando assim a realidade que esse aluno vivenciava nas aulas de Ensino Religioso. Anteriormente, ele muitas vezes ao começava a aula com a cabeça baixa ou debruçado na mesa, demonstrando desinteresse e baixo rendimento, dificultando o processo de aprendizagem.

Durante um mês, nas aulas de Ensino Religioso, eu e o professor Josenilton colocamos em prática nas turmas dos 6º anos as propostas de adaptações dos planos. Apresentamos as diferentes tradições religiosas, reconhecemos os patrimônios culturais e religiosos do município de Vila Velha, dialogamos sobre as diversidades religiosas e o valor de cada uma, reconhecendo o sentido que dão a vida. As aulas foram expositivas, com rodas de conversas e participação de todos. Os(as) alunos(as) que estudam nessas turmas são curiosos(as) e participativos(as). Eles(as) participaram com entusiasmo da dinâmica em grupo, das rodas de diálogos e das propostas de interações. A avaliação dos(as) alunos(as) ocorreu de forma qualitativa. Foram feitos registros das interações, comportamentos e participações a todo momento. Cada aluno(a) foi avaliado(a) de forma individual de acordo com o conhecimento alcançado.

Nas turmas dos 7º anos eu e o professor Josenilton apresentamos e discutimos com os(as) alunos(as) sobre as culturas religiosas como patrimônio da humanidade, os sentidos da vida e seus sinais, a dimensão do transcendente e as atitudes baseadas nos valores éticos de

⁴⁸ Base Nacional Comum Curricular. Etapa ensino fundamental. Área 4.5.

cooperação, solidariedade, tolerância e repúdio as injustiças⁴⁹. Os objetivos dessas aulas foi levar os(as) alunos(as) a reconhecer as tradições religiosas respeitando as diversidades religiosas e reconhecer o patrimônio cultural em que cada um está inserido. A escuta ativa dos(as) alunos(as) nessas aulas foi fundamental para o diálogo evoluir e tomar forma, no momento da roda de conversa sobre os assuntos pautados quem estava ouvindo voltou a atenção para quem estava falando e assim mantivemos uma conversa eficiente, possibilitando a compreensão do assunto e o respeito as falas de seus colegas, a inclusão neste momento se fez valer, e todos puderam participar baseando em seus conhecimentos e possibilidades. A avaliação da participação dessas turmas foi ótima, atingimos os objetivos propostos estabelecidos nos planos de ensino.

Nas turmas dos 8º anos o professor Ailton e eu apresentamos para os(as) alunos(as) as propostas de aprendizagem que queríamos alcançar com os planos adaptados, os 8º anos são as turmas que menos temos alunos com deficiência, das cinco turmas temos somente dois alunos com deficiência, e são as turmas que mais precisam de intervenções por parte da gestão escolar, os(as) alunos(as) dessas turmas são bem agitados, costumam ter atitudes que não são legais para o ambiente escolar. No primeiro momento apresentamos para as turmas os conteúdos que serão ministrados durante essas aulas, de acordo com os objetivos traçados nos planos de ensino adaptados. Optamos por repetir algumas metodologias que utilizamos com os 7º anos como a escuta ativa e roda de conversa, porém nessas turmas não tivemos muito êxito, não houve participação efetiva de todos os(as) alunos(as), percebemos que não foram todos(as) que se propuseram a dialogar, o que nos deixou um pouco frustrados pois não atingimos o objetivo principal que é trabalhar uma educação inclusiva com a participação de todos.

Nas turmas dos 9º anos a aplicação do plano de ensino adaptado trouxeram retornos significativos, as turmas foram participativas, tivemos êxitos em nossos objetivos, as aulas foram animadas e organizadas o que desencadeou interesse dos(as) alunos(as) pelos conteúdos abordados, notamos que todos(as) os alunos(as) participaram ativamente das propostas. Na turma do 9º ano E, observamos a situação de um aluno que também é atendido pela Educação Especial, o laudo trazido pela família a escola relata que o(a) aluno(a) tem autismo. A sua dificuldade é de interação com os(as) colegas e professores(as), pois tinha muita resistência em participar das aulas. A diferença qualitativa das atividades adaptadas de Ensino Religioso garantiu para esse aluno capacidade de promover participação nas aulas, independentemente de suas habilidades, crenças religiosas ou culturais. Na terceira aula aplicando o plano de ensino

⁴⁹ Base Nacional Comum Curricular. Etapa ensino fundamental. Área 4.5.

adaptado foi possível observar o desenvolvimento desse aluno. As atividades propostas em grupos que respeitavam a individualidade de cada um trouxeram resultados positivos, não houve uma mudança radical em seu comportamento, mas foi possível observar que já estava mais à vontade nas aulas, interagindo com os colegas que estava sentando próximo, e adquirindo conhecimentos sólidos sobre os conteúdos de Ensino Religioso.

Em vez de adotarmos uma abordagem padronizada, refletimos e consideramos sobre a importância de trabalhar com os(as) alunos(as) com deficiência da UMEF Senador João de Medeiros Calmon, utilizando abordagens adaptadas levando em consideração as características individuais de cada um, procurando atender as suas necessidades específicas. Em nossos planejamentos, consideramos várias maneiras de adaptar as atividades qualitativamente, incluindo a diversificação de recursos e materiais. Utilizamos estratégias de ensino diferenciadas, como aprendizagem baseadas em projetos, instruções individualizadas, e o ensino colaborativo para atender às necessidades específicas dos alunos. Esses métodos permitiram que os(as) alunos(as) se engajem ativamente no processo de aprendizagem, aplicando e explorando conceitos religiosos de maneiras relevantes para eles. É importante ressaltar que todos os conteúdos abordados nos planos de ensino adaptados foram construídos a partir das competências atribuídas na BNCC⁵⁰.

O processo avaliativo também foi adaptado fornecendo aos(as) alunos(as) diferentes formas de demonstrar seu desempenho. Em vez de depender exclusivamente de provas escritas, como acontecia anteriormente, como relatado na sala de planejamento por alguns(as) professores(as) que a prova escrita daria menos trabalho e tornariam a recuperação mais tranquila para todos, esse tipo de pensamento ainda é tradicionalista e fora da realidade que idealizamos para a nossa escola. Optamos por inserir uma avaliação qualitativa com oportunidade de expressar o conhecimento e compreensão por meio de projetos criativos, apresentações orais, debates estruturados ou outros meios de avaliação formativa. Isso enfatiza a promoção da compreensão, o respeito mútuo e a tolerância entre os(as) alunos(as) e os demais profissionais da escola pesquisada.

Ao avaliarmos a partir de discussões abertas e inclusivas, onde as perspectivas e opiniões dos(as) alunos(as) são valorizadas, independentemente de concordarem ou não com as crenças religiosas em questão, conseguimos o envolvimento e a capacitação de todos(as), promovendo um entendimento mais amplo das diferentes tradições religiosas e filosóficas. Buscamos atingir o objetivo principal que é a experiência educacional significativa e

⁵⁰ Base Nacional Comum Curricular. Etapa ensino fundamental. Área 4.5.

enriquecedora para todos os(as) alunos(as), independentemente de suas vivências individuais. A adaptação na forma de avaliar não apenas reconhece a diversidade presente na sala de aula, mas também valoriza as diferentes perspectivas e desenvolvimento dos(as) alunos(as), criando um ambiente de aprendizagem inclusivo, onde cada um(a) se sente valorizado(a), ouvido(a) e respeitado(a).

Além disso, ao trabalharmos com os planos de aula adaptados, promovemos habilidades importantes, como a empatia, pensamento crítico e capacidade de análise. Os(as) alunos(as) nesse contexto são encorajados(as) a explorar diferentes tradições religiosas, refletirem sobre seus próprios valores e crenças, desenvolvendo uma compreensão mais profunda das questões morais e éticas que permeiam a sociedade. Isso contribui para a formação de cidadãos mais respeitosos e conscientes, capazes de dialogar e conviver com pessoas de origens religiosas e culturais diferente. Ao aprenderem sobre compreensão mútua e respeito pela diversidade religiosa, os(as) alunos(as) tornam-se pessoas capazes de construir uma sociedade mais harmoniosa e inclusiva.

É importante ressaltar que essa nova proposta dos planos de ensinios adaptados para o Ensino Religioso na escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon não implica em comprometer ou diluir a essência das tradições religiosas. Pelo contrário, busca-se proporcionar uma abordagem respeitosa, equilibrada e objetiva que permita aos(as) alunos(as) compreender e explorar as práticas e crenças religiosas de maneira informada e crítica⁵¹.

Em resumo, a diferença qualitativa das atividades adaptadas para os(as) alunos(as) da instituição pesquisada, em relação às atividades executadas em anos anteriores no componente curricular do Ensino Religioso, está na capacidade de promover a inclusão, valorizar a diversidades, reflexão crítica, incentivar o diálogo e formar cidadãos respeitosos e responsáveis. Ao criarmos um ambiente de aprendizagem que reconheça as necessidades individuais de cada aluno(a), promovendo uma compreensão intercultural, estamos colocando em prática os objetivos traçados para esse projeto. A prática da adaptação curricular no Ensino Religioso tem o potencial de enriquecer as experiências educacionais de todos os estudantes.

3.6 Culminância Dialogo da paz

Em parceria com o professor Ailton Santos Ferreira de Ensino Religioso, realizamos no primeiro trimestre do ano letivo de 2023 uma culminância como o tema “Dialogo da paz:

⁵¹ Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Artigo 28.

promovendo a inclusão por meio do Ensino Religioso”. Nosso objetivo foi colocar em prática os conhecimentos adquiridos nas aulas, desenvolvidas a partir do plano de ensino adaptado de Ensino Religioso, e concluir nossas aulas de forma leve e descontraída.

Decidimos realizar essa culminância com as turmas dos 9º anos no turno matutino, devido o interesse demonstrado pelos alunos nas aulas de Ensino Religioso. Durante as três aulas que utilizamos para este evento, cada dia houve roda de conversa abordando diferentes temas. Os assuntos abordados foram: Como o diálogo e a compreensão mútua entre diferentes grupos religiosos promovem a paz e a inclusão no meio em que vivemos e em nossa sociedade? O Ensino Religioso quando abordado de forma inclusiva e respeitosa, pode desempenhar um papel fundamental na construção de uma convivência harmoniosa e no combate a intolerância religiosa?

Ao promovermos esses encontros com os(as) alunos(as), buscando esse diálogo inter-religioso para incentivar a conversa entre os(as) alunos(as) de diferentes tradições religiosas, visando à compreensão e respeito. Desta forma, trabalhamos a inclusão no ambiente escolar, observando a participação e contribuição de todos(as).

No primeiro dia de encontro, fizemos uma breve explicação sobre as diferentes manifestações religiosas, abordamos temas como diversidade religiosa e prevenção da intolerância religiosa, nessa primeira aula utilizamos recursos visuais, vídeos e imagem.

No segundo encontro, mudamos de ambiente, saímos da sala de aula e fomos para o auditório, a fim de convidar mais de uma sala para esse debate inter-religioso, permitindo aos alunos(as) ter contato com outros discursos e pontos de vista. Esse momento foi, arrisco dizer, o ponto alto desse projeto. Inicialmente, os(as) alunos(as) estavam tímidos, mas depois expressaram-se com propriedade e criticidade sobre o assunto, contribuindo com discursos enriquecedores e participação ativa de todos(as). Aqueles que estavam receosos(as) em falar, foram estimulados por meio de perguntas, incentivando uma participação ativa no debate. Os(as) alunos(as) com deficiência participaram ativamente, assim como os demais, neste momento.

No terceiro encontro, dividimos os(as) alunos(as) em grupo e os deixamos à vontade para selecionar imagens representativas dos diferentes tipos de religiões, a fim de discutirem entre si. Propusemos que elaborassem uma dissertação sobre a liberdade religiosa ou se expressassem por meio de desenhos ou teatro, de acordo com escolha dos grupos. Os trabalhos entregues ficaram magníficos, expressaram-se com propriedade e convicção por meio de desenhos e textos. A turma do 9 ano D representou um teatro utilizando marionetes, representando diferentes de manifestações religiosas.

Foram momentos de diálogo intensos, estudos direcionados, nos quais os(as) alunos(as) puderam expressar suas opiniões, concordando ou discordando com os temas debatidos. Aproveitamos esses momentos para fazermos a avaliação trimestral dos(as) alunos(as) dos 9º anos, considerando-o apropriado, pois avaliamos de forma qualitativa durante as aulas e nos momentos de debate.

Nesses momentos, buscamos incluir diferentes perspectivas religiosas, evitando a promoção de preconceito dentro da instituição pesquisada. Oferecendo uma visão respeitosa e equilibrada das várias tradições religiosas, destacando as diferenças e semelhanças, permitindo que os(as) alunos(as) aprendam sobre diferentes práticas e crenças. Isso possibilita a compreensão das origens e da evolução das tradições religiosas, além de discutir valores morais e éticos associados a diferentes tradições. A exploração de valores éticos, além de transmitir conhecimento sobre religião, envolve discussões sobre respeito à diversidade, promovendo compreensão e tolerância com o outro e garantindo a liberdade religiosa.



CONCLUSÃO

Essa pesquisa analisou o contexto religioso abordado nas aulas de Ensino religioso para os(as) alunos(as) da escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon, contemplando as diferentes culturas religiosas destacando a relevância de adentrar na proposta de uma real inclusão nessa instituição.

É importante ressaltar que o respeito à diversidade, não está circunscrito ao ambiente escolar, ele se manifesta em qualquer ambiente onde ocorra transferência de conhecimento e estimule a reflexão e as potencialidades do indivíduo. Nossa análise se traduz de forma concreta na realidade, buscamos que isso se torne uma realidade. Nesse sentido, a pesquisa defende a tese que o Ensino Religioso, quando empenhado de forma apropriada contribui para que a inclusão seja realmente validada, inserindo o respeito, a tolerância e a empatia como parte do processo educacional.

O objetivo dessa dissertação foi explorar os valores éticos e a transmissão de conhecimento sobre os diferentes tipos de manifestações religiosas. Isso envolve discussões sobre respeito à diversidade, fomentando admiração e a tolerância com o outro, além de garantir a liberdade religiosa. reconhecemos que o Ensino Religioso nas escolas é um tema controverso, pois nem sempre compreendem a abordagem de valores pessoais e crenças. Quando se trata de alunos(as) com deficiência, é essencial considerar a inclusão e o respeito às diferenças individuais.

Ao analisarmos a trajetória do Ensino Religioso desde o seu surgimento nas instituições de ensino, observamos que a presença desse componente curricular sempre obteve grande medida na atuação da vida dos(as) alunos(as). Em especial, as tensões de ordem política, suscitadas com a implantação de novas leis, influenciaram este componente curricular, relacionando-se à questão da presença religiosa nos espaços públicos. Essas influências extrapolaram o espaço escolar e continuam refletindo na atualidade. Por ventura notamos complicações no entendimento de como trabalhar com o Ensino Religioso na sala de aula.

Percebemos que existem lacunas tanto na compreensão da disciplina quanto na formação, e até mesmo na execução de um projeto comum. Isso se deve pelo fato dos(as) professores(as) em seus argumentos, relataram que durante o momento de sua formação não havia assuntos que abordassem por completo como trabalhar com o componente curricular do Ensino Religioso, e também pelo fato de não haver diversidade de formações, que contemple a inclusão, isto é alguns(a) professores(as) relataram, que essa falta de informação é o que dificulta o diálogo e clareza com relação à proposta de inclusão que executamos na escola

UMEF Senador João de Medeiros Calmon. Uma maneira de enfrentar essa questão seria a formação mais adequada, abordando esses temas. Diante do que foi apresentado por meio dessa pesquisa bibliográfica, fica nítido que o Ensino Religioso ainda não consolidou uma identidade que se alinhe de forma satisfatória ao âmbito escolar e favoreça a inclusão. Há muito a entender no sentido de buscar uma clareza de conteúdo, de métodos, de práticas e também de formação dos(as) professores(as). Nesse sentido, acredita-se que um passo importante para a resolução de muitos problemas nesse componente curricular, sobretudo da questão epistemológica, dar-se-ia na adoção do modelo Ciências da Religião voltado para um olhar inclusivo.

O primordial do contexto das instituições públicas é garantir que todos(as) os(as) alunos(as), independentemente de sua deficiência, tenham acesso a uma educação inclusiva e de qualidade. Isso significa que as escolas devem fornecer apoios e adaptações necessárias para garantir que os(as) alunos(as) com deficiência participem plenamente das atividades com punhos religiosos, se assim desejarem.

Além disso, é importante que os(as) professores(as) e todos os funcionários da instituição estejam preparados para lidar com a diversidade religiosa e as necessidades individuais dos(as) alunos(as) com deficiência. As escolas devem estar sensíveis para as diferenças religiosas e garantir que todos(as) sejam respeitados e tenham liberdade de expressar suas crenças de maneira adequada, estando familiarizados com as necessidades específicas dos(as) alunos(as) com deficiência e serem capazes de adotar abordagens pedagógicas adaptadas, promovendo a participação ativa e a aprendizagem significativa desses(as) alunos(as) no contexto do Ensino Religioso.

É essencial promover um ambiente tolerante e inclusivo, onde os(as) alunos(as) com deficiência se sintam respeitados(as) e acolhidos(as), independentemente de suas crenças e religião. Isso envolve a conscientização e a promoção de discussões sobre diversidade religiosa e realização de atividades que incentivem o respeito mútuo e a compreensão. É fundamental que a escola mantenha uma comunicação transparente e aberta com os responsáveis dos(as) alunos(as) com deficiência. Eles devem ser envolvidos no processo de tomada de decisões e ter a oportunidade de expressar suas necessidades e preocupações em relação ao Ensino Religioso.

O Ensino Religioso e a inclusão dos(as) alunos(as) com deficiência exigem uma abordagem inclusiva, sensível e respeitosa. É importante considerar as necessidades individuais de cada um para garantir que eles tenham igualdade de acesso e oportunidade para participar das atividades propostas. Além disso, é importante considerar a diversidade religiosa dentro da escola. A realidade que vivenciamos na instituição pesquisada é de alunos(as) de diferentes origens religiosas e práticas distintas, mas que aprenderam sobre diferentes formas de respeito

a diversidade. O Ensino Religioso tem que ser abrangente, abordando variadas tradições religiosas de forma respeitosa e imparcial, sem favorecer uma religião específica.

Uma abordagem inclusiva do Ensino Religioso envolve a exploração das principais religiões do mundo, práticas, crenças, histórias e contribuições culturais. Isso contribui para os(as) alunos(as) a desenvolverem com uma compreensão mais ampla e respeitosa das diferentes religiões, promover a tolerância e o diálogo inter-religioso.

No caso de alunos(as) com deficiência, é importante a adaptação das atividades ofertadas de Ensino Religioso para atender às suas necessidades individuais. Isso inclui a disponibilização de materiais em formatos acessíveis, como Braille ou áudio, o uso de recursos visuais e táteis, e a utilização de estratégias de ensino diferenciadas para garantir que os(as) alunos(as) com deficiência possam compreender e se envolver plenamente nas atividades religiosas.

Em resumo, trabalhar o Ensino Religioso com os(as) alunos(as) com deficiência requer uma abordagem inclusiva, adaptada às suas necessidades individuais. É necessário promover a diversidade religiosa, o respeito mútuo e a compreensão, garantindo igualdade de acesso e oportunidades para todos(as) participarem plenamente das atividades religiosas, respeitando suas crenças e valores pessoais.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Ana Cristina de Almeida Cavalcante. *A formação do professor do ensino religioso: um novo olhar sobre a inclusão de alunos com deficiências na escola*, 2015. 178 f. Dissertação, (Mestrado em Ciências das Religiões) - Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2015.
- BECKER, Michael. *Ensino Religioso entre catequese e ciências da religião*. 2010. 328 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira). Universidade Federal do Ceará. Ceará, 28 de julho de 2010.
- BORTOLOZZO, Ana Rita SERENATO. *Banco de dados para o uso das tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica de professores de alunos com necessidades especiais*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2007.
- BRANDENBURG, Laude Erandi; KLEIN, Remí; REBLIN, Iuri Andréas; STRECK, Gisela Isolde Waechter. (Org.). *Ensino Religioso e Docência e(m) formação*. São Leopoldo: EST/Sinodal, 2013.
- BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala, 2001.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96). Brasília: 1996.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1967. Disponível em: Acesso em: 27 ago. 2022.
- CORRÊA, Barbara Raquel do Prado Gimenez. *O Ensino Religioso, desafios e contemporaneidade*. Disponível em Acesso em: 27 ago. 2022.
- CRUSARO, Daniela; BIANCHI, Lindamir Teresinha Crusaro; CRUSARO, Josiane. Vozes silenciadas; *os desafios para uma educação alteritária e inclusiva na escola pública*. Anais VIII Congresso Nacional do Ensino Religioso, Recife, 29-31 de outubro de 2015, p. 485-495.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ensino Religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente*. Revista Brasileira de Educação v.2, n.27, p.183-213, 2004.
- Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes ou étnicas, religiosas e linguísticas Minorias Nacionais.47/135.

Diretrizes Curriculares Nacionais. Brasília: Conselho Nacional de Educação: 2009.

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, 2009.

FREIRE, P. A. *Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

GUARIENTI, Marcelo de Oliveira. *Gestão escolar e laicidade nas escolas públicas: um estudo de caso*, 2011. 37 f. Monografia (especialização em Gestão Educacional). Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2011.

HASTENTEUFEL, Dom Zeno. *Nem aula de religião, nem catequese*, In: Mundo jovem (Org.). Ensino Religioso e cidadania: textos e dinâmica. Porto Alegre: EDIPUCRS,2004.

JUNQUEIRA, Sérgio; Rocha, Terezinha Sueli. *Identidade do Ensino religioso no espaço escolar. Fragmentos de cultura*, v.27, n.4, p.596-605,2017.

KLEIN, Remí; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *Aspectos referentes à formação de professores de ensino religioso*. Revista Diálogo Educacional, v.8, n 23, p.221-243, 2008.

Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015.

MANTOAN, M. T.E (Org). *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis RJ: Vozes, 2011.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MARQUES, C. A. Uma Leitura da inclusão a partir do pensamento de Paulo Freire. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 219–229, 2007.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Políticas Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, L.M. da filiação a inclusão: uma articulação entre psicanálise e educação. In. *Educação, cultura e trabalho*. Novo Hamburgo: Feevale. 2006. P.89-96.

OTTO, Rudolph. *Naturalism and religion*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1907

OTTO, Rudolf. *O Sagrado*. São Leopoldo, RS: Sinodal/EST; Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2007. 224 p

ROMANOWSKI, Joana Paulin. *Formação e profissionalização docente*. 4.ed.rev. Curitiba: IBEP, 2010.

UNESCO. Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien (1990).

ANEXOS

Fig.1. Aula ministrada por mim e pelo professor Ailton para a turma do 8º ano da escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon, sobre Intolerância religiosa, seguindo a proposta do novo plano de ensino adaptado.



Figura.2. Juan, aluno autista atendido pela Educação Especial, realizando atividades adaptadas nas aulas Ensino Religioso.

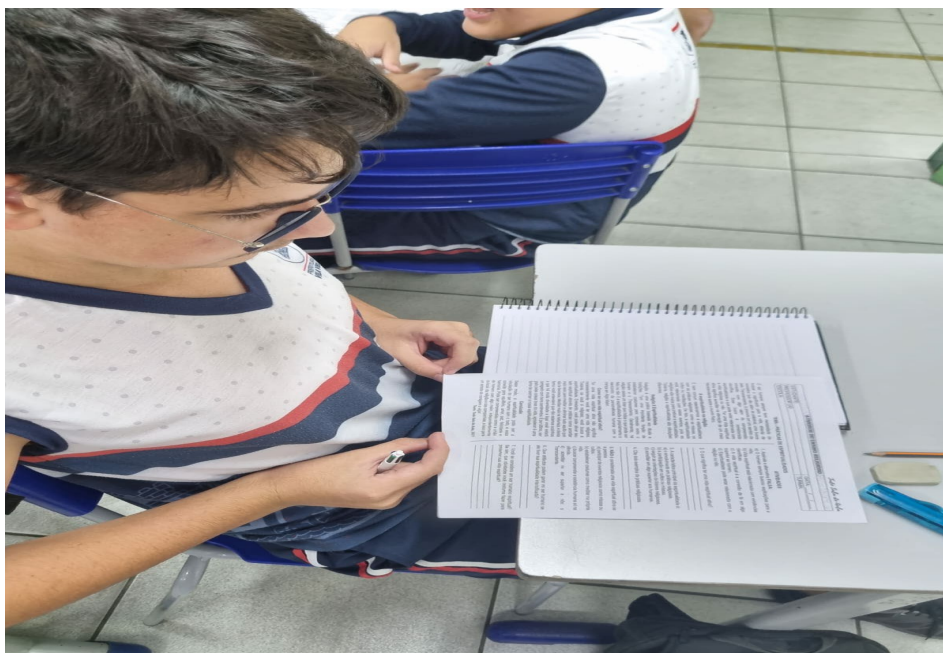


Figura.3. Luís Augusto, aluno autista atendido pela Educação Especial, realizando seu trabalho por meio de desenhos. Tema escolhido: Diversidade religiosa.



Figura.4. Desenho desenvolvido pelo aluno Hudson. Tema abordado: Ética, moral, justiça e empatia.



Figura. 5. Alunos do 9º ano D, discutindo sobre: Diversas tradições religiosas e análise do estilo de vida dos grupos religiosos.



Figura. 6. Apresentação da turma do 9º ano D do teatro de palitoches: Catequização do povo indígena com a chegada dos Jesuítas.



Figura.7. Apresentação do teatro de palitoches dos alunos do 9º ano A, com o tema: Influência da religião europeia no Brasil.

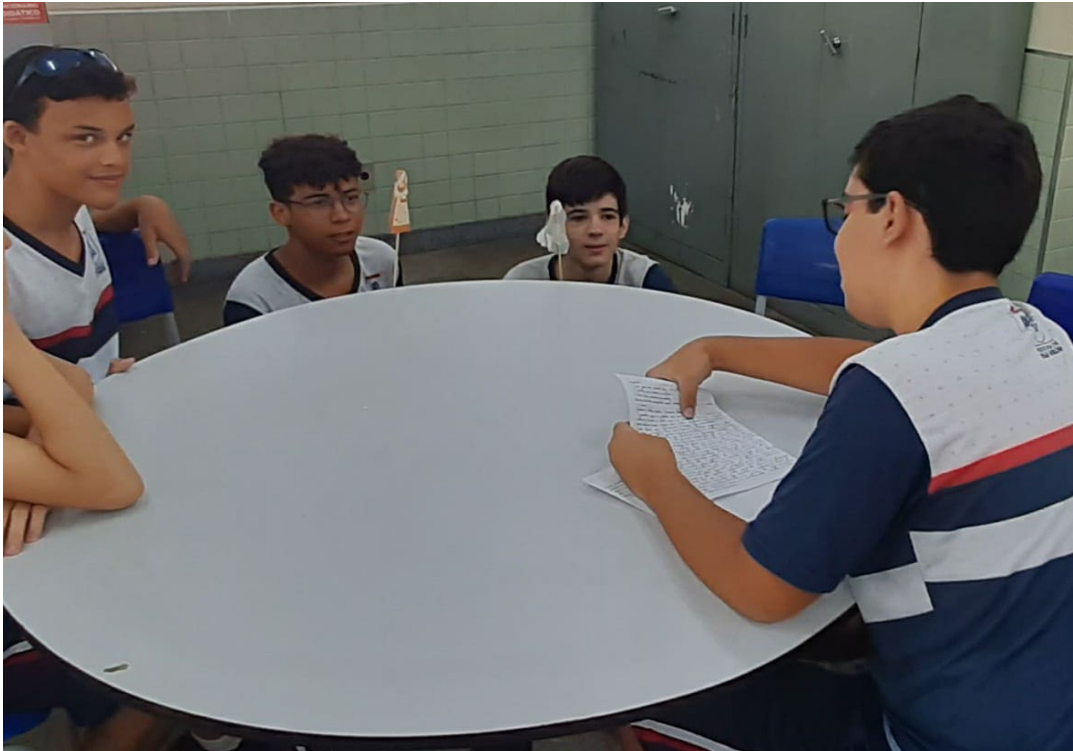


Figura.8. Cartaz de impacto utilizado nas aulas de Ensino Religioso. Para análise e reflexão.



Figura.9. Cartaz de conscientização utilizado nas aulas de Ensino Religioso.



Figura.10. Cartaz de conscientização utilizado nas aulas de Ensino Religioso.



Autorização de uso de imagem e autorização de matrícula na disciplina do Ensino Religioso.



UMEF "SENADOR JOÃO DE MEDEIROS CALMON"

Autorização

Eu, Emerson José Mayer, diretor da UMEF Senador João de Medeiros Calmon, matrícula nº 522945, autorizo a mestranda do curso de Mestrado em Ciências da Religião, da Faculdade Unida em Vitória, Danila Simoura Dalla Bernardina a realizar a pesquisa "Ensino Religioso e alunos com deficiência na escola UMEF Senador João de Medeiros Calmon, Vila Velha, ES" e também aplicar os planos de ensinos apresentados nessa instituição de ensino.

Informo que a referida mestranda está autorizada a mencionar o nome da instituição e os dados colhidos durante a pesquisa, além de utilizar a imagem do local e dos alunos, tanto na apresentação escrita, quanto na apresentação oral.


Emerson José Mayer

Diretor- UMEF Professor João de Medeiros Calmon

Emerson Jose Mayer
Diretor Escolar
Matricula 522945
Portaria 192/2021

UMEF SENADOR JOÃO DE MEDEIROS CALMON
Ato de Criação: Dec. 873-98 da U102/1998
Ato de Aprovação: Res. CME Nº 18/05 - Art. 72 de 19/04/2015
Rua Sebastião Silveira, S/N, Praia das Garvoas Vila Velha/ES
CEP 29.102-571

(27) 3319-1752

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  ESTADO DO ESPÍRITO SANTO EFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA CRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SEMED | UMEF "Senador João de Medeiros Calmon" Ato de Criação: Decreto Nº 073/99 de 01/02/1999 Ato de Aprovação: Resolução CME Nº 10/05 art. 72 de 19/04/2008 |
| FICHA DE REMATRÍCULA – 2021 | |
| UNO (A) <u>João Sacramento Pereira</u> 38.147.50 Identidade: | Data nasc.: <u>11/12/2008</u> UF: <u>ES</u> Data de expedição: <u>30/05/2019</u> |
| Raça/Cor: <u>branco</u> Endereço: <u>Rua Alicium</u> nº <u>8</u> Complemento: <u>-</u> Bairro: <u>Chadim Astica</u> CEP: <u>29.104-195</u> Tipo sanguíneo: <u>A-</u> Número do Cartão do SUS: _____ Telefone: _____ | |
| Bolsa Família: () Sim (x) Não Autorização para uso de imagem: (x) Sim () Não A disciplina ensino religioso é opcional. Você gostaria que o(a) estudante, sob sua responsabilidade, participasse dessas aulas? (x) Sim () Não | |
| DADOS DOS RESPONSÁVEIS | |
| Responsável: MÃE | |
| Nome: <u>Rosana Castilubi Sacramento</u> CPF: _____ Data de nascimento: <u>19/12/1980</u> Religião: <u>marçônica</u> Profissão: <u>Assist. Social</u> Telefone: _____ E-mail: _____ | |
| Responsável: PAI | |
| Nome: <u>Wanderilson Rosa Pereira</u> CPF: _____ Data de nascimento: <u>21/10/1978</u> Religião: <u>católico</u> Profissão: <u>Empresário</u> Telefone: _____ E-mail: _____ | |
| Responsável: OUTROS/Guarda/tutela (xerox do documento na escola) | |
| Nome: _____ CPF: _____ Data de nascimento: ____/____/____ Religião: _____ Profissão: _____ Telefone: _____ E-mail: _____ | |
| SAÚDE | |
| Necessidades Especiais: () Sim (x) Não Laudo? (x) Sim () Não Qual? <u>Autismo leve</u> | |
| GOSTARIA QUE SEU FILHO TROCASSE DE TURNO () Sim (x) Não Possui irmão no turno desejado () Sim () Não MOTIVO DA SOLICITAÇÃO DA TROCA: _____ | |
| DESEJA REMANEJAR SEU FILHO PARA OUTRA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL EM 2022 () Sim (x) Não Remanejamento para a UMEF: _____ Possui irmão na UMEF desejada () Sim () Não | |
| Obs.: Serão atendidos PRIORITARIAMENTE, alunos que tenham irmãos no mesmo turno, atendendo às necessidades dos pais. Caso tenhamos condições estaremos atendendo os demais casos, de acordo com o quantitativo de vagas disponíveis. | |
| DATA: <u>17/11/23</u> | NOME LEGÍVEL DO RESPONSÁVEL: <u>Rosana Castilubi Sacramento</u> |
| Rua Sebastião Silveira, S/Nº – Praia das Galvotas - Vila Velha / ES – CEP 29.105-271 - Telefone (27)33191752 - 996265704 E-mail: umef.joacalmon@edu.vilavelha.es.gov.br | |